

HT-44

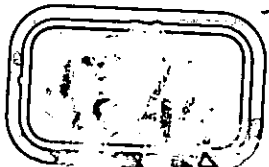
**UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE**  
**FACULDADE DE LETRAS**  
**DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

TEMA :  
PARA A HISTÓRIA DO SURGIMENTO DOS EXÉRCITOS NOS  
ACTUAIS ESTADOS AFRICANOS

**ESTUDO DO CASO :**  
**A EDIFICAÇÃO DAS FAM-FPLM (1962-1977)**

*Dissertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para a obtenção do grau de licenciatura em História, da Universidade Eduardo Mondlane*

*Paulino José Macaringue*  
*Maputo, 1997*



355.351 (679)  
M116h 04  
F. LETRAS U. E. M.  
R. E. 26157  
DATA 8 / Maio 1998  
AQUISIÇÃO O. Costa  
COTA HT-44

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE  
FACULDADE DE LETRAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

PARA A HISTÓRIA DO SURGIMENTO DOS EXÉRCITOS NOS ACTUAIS  
ESTADOS AFRICANOS:

ESTUDO DO CASO, A EDIFICAÇÃO DAS FAM-FPLM(1962-1977)

Dissertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para a  
obtenção do grau de licenciatura em História, da Universidade Eduardo Mondlane

Paulino José Macaringue  
Maputo, Junho de 1997

Declaro que esta dissertação nunca foi apresentada, na sua essência, para a obtenção de qualquer grau, e que ela constitui o resultado da minha investigação pessoal, estando indicadas no texto e na bibliografia as fontes que utilizei.

## Agradecimentos

Como em qualquer trabalho deste género neste também há tributos a prestar.

Várias personalidades (dentre as quais alguns nomes são referidos ao longo do trabalho) dispuseram-se a entrevistas que me foram de grande auxílio.

Tributos muito especiais vão para os Professores nos Departamentos de História e de Arqueologia e Antropologia, pela forma simples e amigável como sempre se revelaram mestres; para os meus colegas do curso, por quem guardo profunda amizade; para o Professor Doutor João Paulo Borges Coelho, que teve a gentileza e a paciência de ler e comentar friamente este trabalho e gastou horas do seu descanso para me ajudar em aconselhamentos. Finalmente e em especial, há tributos para a minha mulher, companheira e amiga Dóris, pelo indispensável apoio e encorajamento amigo; através dela para os meus filhos pelo seu conformismo.

A todos os que, directa ou indirectamente, contribuíram para este trabalho, apenas o seguinte ditado: "*Ninguém foi esquecido e nada está esquecido*". *Khanimambo*.

# SUMÁRIO

## CAPITULO I

INTRODUÇÃO.....	1
-----------------	---

## CAPITULO II

### *OS MODELOS DE SURGIMENTO DE FORÇAS ARMADAS NOS ESTADOS AFRICANOS*

1. OS EXÉRCITOS DOS ESTADOS DESCOLONIZADOS POR VIA PACÍFICA.....	4
2. OS EXÉRCITOS NOS PAÍSES EMANCIPADOS PELA VIA DA LUTA ARMADA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL.....	9

## CAPÍTULO III

### *A EDIFICAÇÃO DAS FAM-FPLM (1962-1977)*

1. A CRIAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DAS FPLM ( 1962 - 1974).....	17
2. A TRANSFORMAÇÃO DAS FPLM EM EXÉRCITO REGULAR ( 1974 - 1977)	
2.1. O contexto geopolítico e geoestratégico prevalecente em 1974-1975.....	43
2.2. O significado da queda do regime colonial português, a percepção e avaliação das ameaças no período 1974/76 : <i>O conceito de defesa nacional</i> .....	58
2.3. As fontes do equipamento, o papel da ex-URSS e China: a busca de modelo organizacional.....	69

## CAPÍTULO IV

Conclusões.....	85
-----------------	----

*Bibliografia*

# CAPÍTULO I

## INTRODUÇÃO

A ocupação e dominação colonial de África, representou além da subjugação da resistência anticolonial, a secundarização das formas de autoridade ali existentes incluindo a subversão e eliminação dos seus exércitos.

No caso de Portugal, as suas acções de conquista e ocupação colonial em África, contrariamente às britânicas e até às francesas, conduziram à destruição das formações estatais ou pré-estatais existentes, à eliminação e/ou deportação dos seus soberanos e supressão dos seus exércitos.

O processo de luta pela emancipação dos povos africanos, que ganha vários contornos particularmente depois da II Guerra Mundial, revestiu-se de novas formas reivindicativas, e não mais colocou como agenda a restauração dos exércitos africanos existentes na altura da penetração colonial e utilizados durante as prolongadas lutas de resistência.

É hoje facto indiscutível que os portugueses, por exemplo, apesar de se terem fixado no actual território de Moçambique em 1505, apenas em 1920 conseguiram sufocar a resistência armada anticolonial; ao longo deste período, de uma forma dispersa e descontinuada, foram se confrontando com exércitos nativos.<sup>1</sup>

Portugal, tendo penetrado e ocupado a África diferentemente da Grã-Bretanha e França, acabou enfrentando uma descolonização também diferente, no sentido em que não foi ele quem decidiu os destinos da era pós-colonial nas suas antigas colónias. Portugal, diferentemente também das outras potências coloniais referidas, não concebeu nem participou no desenho das forças armadas futuras nas suas antigas colónias. Porque o seu papel no sistema mundial foi

---

<sup>1</sup> Serra, Carlos, (1983) *Para a história da arte militar moçambicana*, Maputo:10

igualmente diferente dos outros países europeus com colónias em África, Portugal tudo fez para tornar a exigência de descolonização opção impossível.<sup>2</sup>

O presente trabalho, pretende discutir brevemente o surgimento das forças armadas nos actuais Estados africanos, mostrando as dissemelhanças nesse surgimento, nos países descolonizados pacificamente e nos emancipados pela via da luta armada de libertação nacional.

Recorrendo ao caso de Moçambique, procurar-se-á mostrar não só aquilo que constitui a fonte de diferenças entre os dois casos, e, sobretudo, demonstrar como, devido ao carácter do processo de descolonização, à conjuntura interna e externa do momento, acabou sendo erguido um exército *sui géneris*, sem qualquer vínculo com a antiga metrópole e sem a participação dos cidadãos nacionais que na altura da descolonização, muitos deles por imperativo legal, se encontravam ao serviço da tropa colonial.

A particularidade acima referida, compeliu-nos a dar destaque, neste trabalho, à forma como se processa a transformação das forças guerrilheiras do movimento de libertação, FRELMO, em exército regular para a defesa do país recém liberto.

Por questões de metodologia, apresenta-se numa primeira parte, de forma bastante genérica, o surgimento dos exércitos em África, discernindo os surgidos em países descolonizados pacificamente, em que a metrópole desenha o formato desses exércitos e alimenta-os com o esqueleto do oficialato recrutado dentre os seus antigos servidores. Nesse mesmo lugar procura-se contrastar aqueles com os exércitos surgidos com os movimentos guerrilheiros que se organizaram e lutaram militarmente pela libertação da pátria.

Em seguida, apresenta-se em capítulo específico, o caso moçambicano. Optou-se por referir, os principais momentos da trajectória das Forças Populares de Libertação de Moçambique (FPLM), desde a sua criação até ao período da descolonização. Em seguida, procura-se discutir o processo de transformação dos guerrilheiros das FPLM em exército regular. Aqui, pretendeu-se abordar, ainda que de forma sumária, os diferentes factores circunstanciais que tiveram influência no processo de edificação das Forças Armadas de Moçambique, (FAM-FPLM).

---

<sup>2</sup> Bragança, A. Wallerstein, I., (1978) *Quem é o Inimigo (1)?*, Lisboa:39

No último capítulo, tenta-se apresentar uma síntese conclusiva dos momentos considerados mais marcantes na abordagem e levantam-se algumas interrogações e desenham-se algumas conclusões.

Ao discutir a experiência da edificação das FAM-FPLM, o trabalho esforça-se por apresentar um relato de factos militares, com preocupação de lhes conferir uma certa hermenêutica histórica, mas procurando manter um rigor lexicológico em termos militares; está-se ciente que isto poderá acarretar o risco de a terminologia usada poder em parte prejudicar a clareza ou a correcta interpretação do que se pretendeu escrever. Sobre este aspecto, apenas nos resta recorrer ao velho dito de que cada profissão tem a sua linguagem própria - uma espécie de dialecto só falado pelos que a praticam, pois que encontram nele um significado muito preciso e consagrado, normalmente, nos compêndios das suas especialidades.



## CAPÍTULO II

### OS MODELOS DE SURGIMENTO DE FORÇAS ARMADAS NOS ESTADOS AFRICANOS

#### 1 - OS EXÉRCITOS DOS ESTADOS DESCOLONIZADOS POR VIA PACÍFICA

As forças armadas dos actuais países africanos independentes, particularmente das ex-colónias britânicas, francesas e belgas, têm as suas raízes fundamentalmente ainda no período colonial, quando as então potências colonizadoras, militarizaram as populações africanas para as utilizar como contingentes de tropas nativas, primeiro para as conquistas, depois para as sucessivas confrontações interpotências, sendo as mais expressivas as duas guerras mundiais.

Foram precisamente estas guerras mundiais que, devido à escassez de homens, geraram a necessidade de enquadramento de tropas nativas, com subsequente formação de um corpo de suboficiais e oficiais de origem nativa, endoutrinados e capacitados a operar fundamentalmente fora do teatro africano.

Não obstante, quer isso não fosse até o previsto, o sentimento de casta e oficialidade, a conquista de um lugar para o militar e até, a própria génese do nacionalismo africano, aparecem associados a esse processo. Tanto assim é que, em vários países africanos por altura da independência, o colonialismo apenas havia potenciado e capacitado dois estratos autóctones: a burocracia e o exército.<sup>3</sup>

Desde cedo que foi institucionalizado um tipo de tropas, recrutadas e treinadas para servir fins europeus, como por exemplo sufocar focos de resistência indígena, manter versões locais de *pax Britannica* ou *pax Gallica*, que, como referiu Claude E. Welch, tanto

---

<sup>3</sup> Cabrera, M.A., (1986) "Armas Y Militares en África". In: Ferrán Iniesta, Miguel Angel Cabrera, (et all). *El militarismo*, Madrid e Iepala, : 38

marcaram o período colonial, pela forma cruel como fielmente serviram os objectivos coloniais, muitas vezes fora das suas sociedades.<sup>4</sup>

Na Primeira Guerra Mundial, por exemplo, 845.000 nativos, incluindo 181.000 *tirailleurs sénégalais*, combateram nos exércitos franceses; enquanto que na Segunda Guerra Mundial, 166.000 homens das possessões britânicas em África e 141.000 das francesas, cumpriram serviço militar nas forças armadas das potências fora da sua terra-mãe, sendo depois desmobilizados e absorvidos nas áreas rurais donde haviam sido recrutados sem constituírem uma significativa elite com aspirações ao poder.

Esta passividade política decorria, no entender de Welch, das políticas de recrutamento e promoção seguidas pela França e outras potências coloniais. Por exemplo, o designado recrutamento na base de alistamento a longo termo das chamadas raças marciais, o inculcar de um deliberado senso de isolamento da sociedade, a ênfase na obediência, eram as técnicas utilizadas pelos oficiais coloniais para fazer das suas tropas corpos apolíticos.

As políticas de promoção baseavam-se em fazer dos europeus o oficialato; os africanos eram raros, na classe de sargentos e praticamente inexistentes no corpo de oficiais. Assim, sem oficiais na direcção e próximo das esferas políticas, era improvável o surgimento de intervenções militares. Welch vê nisto a explicação da passividade inicial dos contingentes africanos usados pelas potências durante as guerras mundiais.<sup>5</sup>

Pode-se aceitar esta explicação, mas talvez como explicação parcial; há que ter em linha de conta a conjuntura do momento e o grau de fermentação das ideias emancipadoras para aquele período.

Todavia, é quase consensual que os militares em África, desde o seu surgimento, serviram sempre fins políticos, embora se deva referir que somente com as independências formais e com a diminuição das pressões coloniais, os exércitos africanos começaram enfim com as acções de usurpação e assalto ao poder.

---

<sup>4</sup> Welch, C. E. (1986), From "Armies of Africans" to "African Armies": The Evolution of Military Forces in África. In: *Áfrican Armies: Evolution and Capabilities*, (eds) Bruce E. Arlinghaus and Pauline H. Baker, :16

<sup>5</sup> Welch, *Idem*

Mais ainda, em África, apenas com as independências é que alguns estados passaram a considerar a necessidade de reestruturar as forças armadas para reflectirem a sua base social de apoio. Com efeito, apenas alguns chefes de Estado entenderam ser necessário usar o exército para atenuar algumas tensões sociais. Assim que os presidentes africanos reconheceram a importância da coerção e decidiram lutar pela sua contínua permanência no poder pela via de assegurar a directa lealdade das forças armadas, a característica do não envolvimento militar desapareceu.

É particularmente com a dissolução das federações da França Ocidental e França Equatorial e o repatriamento dos alistados africanos dos exércitos franceses para as suas terras de origem, que se dá início nos Estados francófonos aquilo que acontecera antes nas colónias britânicas, o processo de africanização dos exércitos, que veio a ser completado pela eliminação dos europeus das posições de comando de tropas.<sup>6</sup>

São as próprias potências colonizadoras, isto é; a Grã-Bretanha e a França, que montam e desenham o quadro do futuro exército para as ex-colónias e, através destes exércitos, manipulam a manutenção ou retirada do poder dos governantes. Este mecanismo, associado a outros, constituiu a base prática de montagem do neocolonialismo.

Sobre estas forças armadas, as potências coloniais montaram uma teia de controles para que elas fossem guardiãs fiéis das autoridades, tropas neocoloniais alienadas à metrópole e, até, ligadas a ela por acordos secretos, que as manietavam e mantinham sob controlo.<sup>7</sup>

Uma vez dissipados estes mecanismos, estes *exércitos de africanos* começaram a transformar-se em *exércitos africanos*, sobretudo por volta de 1960. Este período coincide com o início da intervenção política dos militares via golpes de Estado; os sucessos destes golpes em diferentes países alimentaram a ideia da ausência de obstáculos no caminho dos oficiais com pretensões ao controlo do poder.

Na ausência de outros meios para mudar o pessoal do governo ou alterar a política vigente, os golpes de Estado tiveram função equivalente a eleições, com os civis, eles próprios, por vezes a pressionar os oficiais à intervenção política.

---

<sup>6</sup> Welch, op.cit:17

<sup>7</sup> Cabrera, op.cit:39

Aliando ambos os factores anteriormente referidos, temos uma complexa situação em que, por um lado, por instigação da antiga metrópole, e por outro lado, por ambições pessoais, há uma corrida dos militares para os assuntos de governação.

É assim que quase toda a variedade de Estados africanos começou a experimentar intervenções militares: desde a populosa Nigéria, o vasto Zaire, os pouco habitados Togo e Benin, os territorialmente extensos Chade e Sudão, o pequeno Burundi como o Rwanda, os designados por sistemas sem partidos como a Etiópia, monopartidária, o Gana multipartidário, enfim, todas as ex-colónias belgas, britânicas, francesas, italianas, totalizando mais de 50 tomadas de poder bem sucedidas decorrentes de variados factores, que não mencionaremos por não constituírem objecto deste trabalho.

Para ilustração, vejamos a tabela de golpes ocorridos nos diferentes países.<sup>8</sup>

*Quadro 1 - Tabela de golpes de estado triunfantes em África de 1958-1984*

<i>Data</i>	<i>País</i>	<i>Data</i>	<i>País</i>
17 Nov 1958	Sudão	1 Setem 1969	Líbia
13 Jan 1963	Togo	21 Out 1969	Somália
15 Agost 1963	Congo/Brazzav.	10 Dez 1969	Benin
23 Out 1963	Benin	25 Jan 1971	Uganda
12 Jan 1964	Zanzibar	13 Jan 1972	Gana
19 Jun 1965	Argélia	26 Out 1972	Benin
25 Nov 1965	Zaire	5 Julho 1973	Ruanda
29 Nov 1965	Benin	8 Fev 1974	Alto Volta
22 Dez 1965	Benin	15 Abril 1974	Niger
1 Jan 1966	Rep. Centro Africana	12 Setem 1974	Etiopia
3 Jan 1966	Alto Volta	13 Abril 1975	Chade
15 Jan 1966	Nigéria	29 Julho 1975	Nigéria
24 Fev 1966	Gana	1 Nov 1976	Burundi
8 Julho 1966	Burundi	18 Março 1977	Congo/Brazzav.
29 Julho 1966	Nigéria	5 Julho 1978	Gana
28 Nov 1966	Burundi	10 Julho 1978	Mauritania
13 Jan 1967	Togo	5 Fev 1979	Congo/Brazzav.
23 Mar 1967	Serra Leoa	27 Maio 1979	Mauritania
17 Dez 1967	Benin	4 Junho 1979	Gana
18 Abril 1968	Serra Leoa	4 Agost 1979	Guiné Equatorial
31 Agost 1968	Congo/Brazzav.	9 Out 1979	Imp. Centro Africano
19 Nov 1968	Mali	4 Jan 1980	Mauritania
25 Maio 1969	Sudão	12 Abril 1980	Libéria
18 Maio 1983	Burkina Faso	12 Maio 1980	Uganda
4 Agosto 1983	Burkina Faso	15 Nov 1980	Guiné Bissau
31 Dez 1983	Nigéria	24 Nov 1980	Alt. Volta (Burkina Faso)
3 Abril 1984	Guiné	1 Set 1981	Imp. Centro Africano
Nov. 7, 1982	Burkina Faso	7 Nov 1982	Burkina Faso

<sup>8</sup> Tabela retirada do artigo de Claude E. Welch, Jr: Bruce, *op.cit*:14.

Como se pode depreender da leitura do Quadro 1, as situações acima descritas dizem respeito a uma multiplicidade de países africanos, com incidência nos que ascenderam à independência por via pacífica. Isto revela que o fenómeno golpe de Estado tem explicações multiformes.

Mas, certamente, a questão está em que durante a era colonial, enquanto quase todos os sectores sociais se manifestavam contra a dominação colonial, o exército nativo, porque criado para jogar um papel repressor de fiel intérprete da vontade colonizadora, após a independência, sempre que o seu papel e posição ficassem ameaçados pelo projecto nacionalista do período pós independência, tendeu a intervir recorrendo à força das armas.<sup>9</sup>

Também, por outro lado, os regimes instituídos vêm-se confrontados pelas autoridades tradicionais-tribais que não lhes reconhecem uma legitimidade por falta de base social, e porque a luta anticolonial, para um grande sector da população enquadrado pelas autoridades tradicionais pré-coloniais, a retirada dos europeus significavam um retorno ao passado, isto é, um retorno à sociedade pré-colonial idealizada ao longo do sofrimento colonial.<sup>10</sup>

Apesar de todo este quadro quase isomorfo, a África Austral, com as antigas colónias portuguesas, apresenta um quadro próprio e bastante peculiar. Nesta região, assistiu-se à emergência de exércitos forjados na luta de libertação nacional, com novas vias teóricas e práticas para afirmação dos seus Estados.

---

<sup>9</sup> Santamaria, A. (1986), "Las Fuerzas Armadas y la Formación del Estado en África", *In: Ferran, op. cit: 86-87*

<sup>10</sup> De referir que este fenómeno de alguma maneira também ocorre nos países descolonizados militarmente, podendo-se encontrar algumas evidências em termos de analogia, com o que se passa hoje no país em termos de reivindicações do regime dos regulados.

## 2 - OS EXÉRCITOS NOS PAÍSES EMANCIPADOS PELA VIA DA LUTA ARMADA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL

A experiência pioneira em África de um exército que nasceu de uma força guerrilheira em luta pela independência nacional, pertence à Argélia, com a Frente de Libertação Nacional (FLN); não obstante, para o propósito deste trabalho, iremos buscar referência dos movimentos de libertação das antigas colónias portuguesas, particularmente Angola e Moçambique.

Estes movimentos de libertação, inicialmente dirigidos por sectores da pequena burguesia e intelectuais, transformaram-se durante a luta anticolonial em movimentos revolucionários com uma firme base assente em largos sectores da população que participaram neste processo de emancipação.

Estes movimentos na África Austral, surgem como consequência lógica das especificidades da dominação colonial nesta região, em que tudo se fez para conservar no poder as minorias brancas na Rodésia do Sul e África do Sul, sendo o colonialismo português o guardião dianteiro desses regimes.

Esta especificidade determinou que o exército e partido se formassem em conjunto como duas faces da mesma moeda dentro da estrutura do poder. Devido à prevalência de um conflito ideológico bastante acentuado, para além do exercício militar, o exército funcionou como uma espécie de espinha dorsal, fonte de quadros para o apetrechamento do aparelho de Estado, porque se assumia e era considerado como espécie de garantia da sobrevivência das forças nacionalistas. Estas foram as premissas da edificação de um exército bastante ideologizado. Este aspecto poderia ser exemplificado pelo facto de os titulares dos órgãos de governação, mais tarde, serem, basicamente, seleccionados de entre os quadros que mais se distinguiram na luta de libertação nacional.

Em Moçambique e Angola este fenómeno foi bastante presente, embora Angola, pela natureza da sua descolonização, tenha sido forçada a fazer um chamamento patriótico de todos os angolanos para a defesa do país, nos momentos dramáticos da sua descolonização, quando em resultado das rivalidades e lutas pelo poder, a UNITA e FNLA, em Setembro de 1975, abandonaram o governo de transição e invadiram o país pelo norte e sul. Com efeito, a FNLA, apoiando-se em tropas regulares do Zaire e mercenários, invadiu o

país pelo norte, avançando até Kifangondo, a 20 Kms de Luanda, em 10 de Novembro de 1975. A UNITA por sua vez, em Outubro do mesmo ano, apoiada pelo exército sul africano e o chamado Exército de Libertação de Portugal (ELP), invadiu o país pelo sul e sudeste, e em Novembro, por altura da proclamação da independência, combatia na região do Ebo, onde foi travada.<sup>11</sup>

De referir que, em Angola, logo após o golpe de 25 de Abril, vários patriotas que integravam o exército colonial, entregaram-se voluntariamente ao MPLA com o seu equipamento, influenciando com a sua preparação militar regular todo o processo de edificação das Forças Armadas Populares de Libertação de Angola (FAPLA).<sup>12</sup>

Para o caso de Moçambique, embora tenha havido idêntico desejo de significativo número de moçambicanos em serviço militar no exército colonial, como resultado de diversos factores que envolveram o próprio processo da descolonização, o movimento de libertação defendeu uma total ruptura com a potência colonial em matéria de defesa e segurança, rejeitou qualquer utilização dos nativos do exército colonial na altura da descolonização, criando assim uma entidade militar própria, aparentemente sem quaisquer vínculos com a antiga metrópole.

Esta opção tomada no âmbito da defesa e segurança, terá tido influência no conjunto de outros sectores da vida do país, nomeadamente o económico e social. Parece ter havido, por parte de certos círculos da sociedade, uma desconfiança para com o regime, mais patente em círculos da população urbana, devido à marginalização destes cidadãos moçambicanos do sector de defesa e segurança. Para além desta, houve outras consequências que serão analisadas mais adiante.

---

<sup>11</sup> António Condesse de Carvalho, Embaixador de Angola em Maputo, entrevista a 19 de Março de 1997.

<sup>12</sup> Condesse de Carvalho, explicou que a aceitação da integração dos angolanos no exército colonial, nas fileiras das FAPLA, permitiu um avanço rápido na constituição do exército angolano, o que possibilitou, em menos de seis meses, aprontar tropas em condições de resistir à agressão de que o país foi vítima em 1975, até ao desembarque de tropas cubanas.

Na óptica da FRELIMO, a não integração dos nacionais que haviam estado ao serviço do exército colonial preveniria que forças hostis à independência pudessem atentar contra desígnios nacionais fazendo uso desses elementos. Acreditou-se que, desta forma, qualquer tentativa neocolonial se veria impossibilitada de contar com eventual apoio da parte militar, nas condições do período pós independência. No discurso político da época, sustentava-se que, devido ao forte controlo da FRELIMO sobre as instituições de defesa e segurança, ao inimigo não restava outra alternativa senão o recurso ao fomento de clivagens tribais, à sabotagem económica e à exploração das fragilidades resultantes da inexperiência governativa.

Para compreendermos esta postura, temos que fazer recurso a elementos de análise ligados ao conceito de defesa nacional que era advogado naquele período, que se resumia em fazer coincidir a defesa nacional com a defesa militar, em que as ameaças à soberania e independência eram encontradas nos campos interno e externo. É um momento de grande insegurança e desconfiança.

Não obstante, é preciso não menosprezar a hipótese de que a não absorção dos nacionais no exército colonial poderá também ter propiciado a desestabilização, no sentido de ter jogado um papel para a consubstanciação de terreno fértil para o fácil recrutamento de elementos para a insurgência. É uma hipótese para verificar em pesquisa ulterior, confrontando as revelações de Ken Flower sobre o recrutamento de unidades de GEs, com as indicações que Martin & Johnson apresenta sobre a base que sustentou o recrutamento da insurgência em Moçambique.<sup>13</sup> Isto torna-se mais complexo quando se associar à

---

<sup>13</sup> Flower, Ken, (1987) *Serving Secretly An Intelligence Chief on Record Rhodesia into Zimbabwe 1964 to 1981*, London, :300-302. É bastante interessante comparar as afirmações de Ken Flower, acerca deste aspecto, com a análise da composição dos guerrilheiros da Renamo, que apresentam muito poucos membros que tivessem sido recrutados nessa base, contrariando a hipótese de utilização de ex-membros do exército colonial. Eventualmente, a leitura de K. Flower será válida para o período inicial de treinamento desse movimento. sobre esta descrição ver igualmente, Phyllis Johnson and David Martin, 1986:2-16.



constatação empírica da existência de poucos indícios de presença de ex-militares do exército colonial nas fileiras dessa mesma insurgência.

Todavia, esta realidade deverá ser confrontada com as evidências da literatura, nomeadamente de Ken Flower,

Em virtude de uma trajectória bastante peculiar, o movimento de libertação em Moçambique toma o poder com um programa ambicioso de procurar transformar a sociedade através de um projecto político anti imperialista. Assistimos, assim, a um exército guerrilheiro bastante politizado, cuja direcção concebe a sua base de constituição na rejeição de qualquer coexistência com os elementos que haviam pertencido ao exército africano (moçambicano), moldado pela potência colonial. Assim, embora Portugal, à semelhança da França e Inglaterra, tenha igualmente utilizado africanos no seu exército, no caso de Moçambique eles não foram utilizados como núcleo para a constituição do exército do período pós-independência, por razões que este trabalho, em parte, se propõe expor.

Estamos portanto, perante um exército em cuja edificação a antiga metrópole não participa, onde, portanto, ela não tem possibilidades de disseminar a sua experiência organizativa e conceptual.

Como se pode depreender, também este exército tem a sua forma de participar e influenciar a vida política da Nação, pois é ele que vai providenciar quadros para a governação e serão as suas experiências adquiridas na guerra de guerrilha que servirão de referência para a acção global da governação.

Vale a pena retomar Welch, que ao aprofundar a questão das intervenções militares na vida política em África faz referência a exércitos que agem assumindo-se como árbitros ou aqueles que se consideram dirigentes. Ao diferenciar estes dois tipos de exércitos Welch cita a descrição de Amos Perlmutter, que descreve os exércitos de tipo "árbitro" como os que aceitam a ordem social existente e voluntariamente aceitam regressar aos quartéis depois de resolver a situação. Os exércitos de tipo "dirigente", pelo contrário, caracterizam-se por rejeitar a ordem política existente porque não reconhecem a sua legitimidade, não acreditam

na liderança civil, agindo sem perspectiva de retorno aos seus quartéis, consideram a direcção militar como alternativa para superar a desordem política prevalecente.<sup>14</sup>

Uma das análises paradigmáticas da estratificação militar foi primariamente, também apresentada por Amos Perlmutter, em que descreve o que designou de soldados profissionais, pretorianos e revolucionários com indicação das suas características.<sup>15</sup>

Annette Seagers,<sup>16</sup> apresenta uma outra apreciação da diferença entre os três tipos de exércitos; segundo ela, a orientação, organização e inclinação das organizações militares e dos homens surgidos das revoluções contrasta com os militares classicamente profissionais e os pretorianos. Para ela, os militares revolucionários, em regra apresentam seguintes características:

- 1- Raramente tomam a organização militar como uma parte discreta e separada do movimento revolucionário do qual eles se assumem como parte e seu instrumento de mobilização;
- 2- Assumem-se detentores do monopólio da violência revolucionária e, também, consideram-se "a Nação em armas";
- 3- Nutrem aproximação por uma espécie de igualitarismo e informalidade em vez de uma relação rigidamente hierárquica.<sup>17</sup> Esse igualitarismo por vezes tende a estender-se para áreas como o recrutamento e o treino. Frequentemente, o recrutamento transpõe as barreiras das distinções sociais, sendo muitas vezes que o treino e as promoções são condicionados a critérios de mérito e dedicação política.

---

<sup>14</sup> Welch, *op.cit*:21

<sup>15</sup> Ver Perlmutter, Amos, (1977), *The military and politics in modern times: On professionals, praetorians, and revolutionary soldiers*, New Haven:102-114.

<sup>16</sup> Seegers, Annette, (1986), "From Liberation to Modernization: Transforming Revolutionary Paramilitary Forces into standing Professional Armies", London: 53-54.

<sup>17</sup> Embora não aceitemos parte das referências contidas na análise de Seegers, quanto à hierarquização confirma-se por exemplo que nas FPLM, essa diferenciação obedecia mais à senioridade na Frelimo do que à própria posição dentro do exército.

Na sua síntese, Seegers sugere que a coesão e persistência destes militares decorre não da disciplina e instrução militar, mas sim da forte convicção na justeza da causa política. É o desejo de lutar por uma causa que se assume justa que impele o combatente a ganhar forças para superar os efeitos penosos decorrentes da falta de equipamento e demais condições.<sup>18</sup>

A nossa pesquisa aceita, no essencial, os pressupostos de Seegers como ferramenta utilizável para entender os exércitos de libertação, que encontram fundamentação na nossa avaliação do surgimento das FAM/ FPLM.

Este exército, surgido dos guerrilheiros das FPLM, é um exército forjado na luta de libertação nacional, assume-se parte do movimento de libertação, a FRELIMO, encarnando as vias teóricas e práticas que este movimento apresenta para a afirmação do Estado moçambicano.

Como já referimos, a caracterização geral que se dá é a de que estes movimentos de libertação, inicialmente dirigidos por sectores da pequena burguesia, transformaram-se durante a luta anticolonial em forças revolucionárias com uma firme base assente em largos sectores da população que participaram em combate.

Há quem procure comparar a dinâmica da acção das FPLM em Moçambique com o papel jogado pelos exércitos na formação de Estados europeus durante o século XIX, embora a diferença resida no facto de, na Europa, os militares que fizeram a revolução terem contado com uma forte base social e terem sido parte da burguesia revolucionária. No caso de Moçambique, não existia uma burguesia individualizada comparável à situação da Europa, nem na ideologia o projecto revolucionário era coincidente ao da Europa do séc.XIX. Todavia, algumas das medidas práticas, tomadas após o triunfo e que foram consideradas necessárias para consolidar o Estado, talvez tenham sido coincidentes.<sup>19</sup>

Todo o pressuposto para a análise do caso moçambicano deve assentar no facto de os guerrilheiros das FPLM, educados para desenvolver acções armadas específicas contra o exército colonial, como sejam emboscadas e ataques de pequenos grupos, acções de sabotagem

---

<sup>18</sup> Seegers, *op.cit*: 53

<sup>19</sup> Santamaria, *op.cit*: 92

e flagelação, por circunstâncias várias terem sido forçados a transformar-se em exército regular para defesa de todo o país, sem a necessária referência padronal da parte da potência colonial.<sup>20</sup>

Os aspectos acima levantados não podem nem pretendem ser tomados como um paradigma, antes procuram sugerir uma base para a análise que se segue, da organização militar em Moçambique como interveniente da arena política e actor na execução das suas funções militares para o período de transição e independência do país.

A questão fulcral reside em que, ao chegar-se ao período de transição de 1974/5, perante a FRELIMO e o país, colocarem-se os mesmos interesses fundamentais que se põem ante qualquer Estado que se pretenda soberano, que são: - assegurar a soberania e independência; - garantir a integridade territorial; - fazer a manutenção e desenvolvimento do bem estar económico;- proporcionar a promoção duma identidade sócio-cultural própria.<sup>21</sup>

Para o Moçambique daquele período, colocavam-se ainda outras prioridades com relevo nos interesses nacionais a defender e preservar, como por exemplo a complexa tarefa de edificação da nação a partir das diferenças tribais e regionais, etc. Omitiremos muitas destas prioridades por não constituírem objecto deste trabalho. Procuraremos assim, centrar o trabalho à volta das bases teóricas contidas nos grandes eixos acima apresentados, procurando entender o papel, a estrutura e organização das FPLM na resposta ao desafio de se transformarem em exército nacional, orientado para a nova perspectiva de defesa da independência, soberania e integridade territorial.

Sugerindo uma base sequencial, iremos traçar um breve historial das FPLM desde a sua criação até ao período de transição, com relevo na transformação da estrutura militar da FRELIMO, o Departamento de Defesa na organização estabelecida aquando do acordo de Lusaka e início do período de transição.

Sentimos que para estabelecer a ponte dentro do modelo de exército emergido num país descolonizado pela via da luta armada, como foi o caso da criação das Forças Armadas de Moçambique (FAM-FPLM), precisamos de traçar, ainda que de uma forma sumária, a trajectória das Forças Populares de Libertação de Moçambique (FPLM), e a sua luta de

---

<sup>20</sup> Entrevista com Alberto Chipande, 17 de Novembro de 1995.

<sup>21</sup> Bruce, *op.cit*:3

libertação nacional, para tentar visualizar os condicionalismos e circunstâncias internas e externas que envolveram o processo dessa criação.

Não parece possível avançar nesta abordagem sem fazer uma reflexão, ainda que breve, de todo o percurso de constituição do Departamento de Defesa da FRELIMO (DD) e das FPLM, fazendo referência a todo um trabalho de formação levado a cabo na Argélia, Egipto, Gana, China, URSS e Israel, desde Janeiro de 1963.<sup>22</sup>

No capítulo subsequente, procuraremos ilustrar como foram possíveis os contactos para o estabelecimento das bases para a formação nesses países.

Por enquanto, importa referir que a alguns moçambicanos coube a honra de constituírem o primeiro núcleo de militares com capacidade de treino de novos elementos que acabaram constituindo os primeiros destacamentos de guerrilha que desencadearam a guerra de libertação nacional contra o exército colonial português, em 25 de Setembro de 1964.

Importa referir que, diferentemente dos exércitos das antigas possessões francesas e britânicas, estes guerrilheiros viriam a ser o núcleo, que se pretendeu único, que serviu de ponte para a constituição das forças armadas do período pós-independência.

---

<sup>22</sup> Chipande, entrevista citada

## CAPÍTULO III

### A EDIFICAÇÃO DAS FAM- FPLM (1962-1977)

#### 1 - A CRIAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DAS FPLM (1962-1974)

Neste subcapítulo vai ser apresentado um quadro resumo da evolução da estrutura e organização das FPLM desde a sua criação até ao fim da guerra de libertação nacional (7 de Setembro de 1974), para servir de ponte para a abordagem do processo de sua transformação em Forças Armadas do Moçambique independente a partir de Junho de 1975. Importa, contudo, referir que este trabalho não é uma reconstituição da luta armada de libertação nacional, nem pretende ser sua avaliação. Ele é mais a busca, na luta armada, de elementos que permitem ver a evolução das forças que em 1974/75 serviram de base para a edificação das FAM/FPLM, exército regular do período do Moçambique independente.

O primeiro congresso da Frente de Libertação de Moçambique, realizado de 23 a 28 de Setembro de 1962 em Dar-es-Salam, dando seguimento às resoluções da conferência constitutiva realizada em 25 de Junho, que fundou a FRELIMO, propôs-se a eliminar a dominação portuguesa do território como primeiro passo em direcção à criação dum novo Moçambique, embora, segundo autores como Seegers, não houvesse para aquela altura uma descrição da visão do país que se pretendia construir no período pós-independência.

Ainda na óptica de Seegers, o primeiro congresso não parece ter produzido um plano a longo prazo de como eliminar essa dominação portuguesa do país. Segundo este autor, as intervenções do presidente Mondlane na altura falavam da criação de condições para levar a cabo uma luta armada vitoriosa e que essa luta teria características não convencionais, isto é, seria uma guerra de desgaste, visando desmoralizar e derrotar politicamente os portugueses, à semelhança do que acontecera noutros países africanos, nomeadamente na Argélia.<sup>23</sup>

Parece-nos que não se deve ver o problema em termos de ausência de visão de objectivos e formas de alcançá-los, mas talvez (e isto viremos a constatar ao longo deste trabalho), o

---

<sup>23</sup> Seegers, *op.cit*: 58.

entusiasmo revolucionário, a grande ânsia de libertar o país do jugo colonial estivesse desfazado da realidade em termos do conhecimento da real capacidade militar do exército colonial português e daquilo que seriam as atitudes dos países vizinhos após a eclosão da guerra.

Não obstante, as decisões tomadas no I congresso já davam uma indicação clara da necessidade de preparar a FRELIMO para a utilização de todos os meios para o alcance da independência de Moçambique, incluindo portanto a via armada que já se revelava a única solução face à intransigência do regime colonial português.

Portugal nunca quis admitir a discussão de qualquer concessão em relação à questão colonial. É prova disto a aprovação, pela Junta Militar no poder desde o golpe de 1926, do Acto Colonial, em 1930, que veio a incorporar a nova Constituição de 1933. Nas disposições do Acto Colonial, vinha expresso que Portugal e suas colónias eram uma mesma unidade jurídica - Portugal em África e Portugal na Europa - que juntos formavam Portugal. Assim sendo, Portugal nem admitia sequer que detinha possessões coloniais. Considerava-se possuidor de territórios ultramarinos que sendo sua extensão, nem sequer eram sujeitos ao princípio de autodeterminação.<sup>24</sup>

Esta posição era firmemente cimentada e consubstanciada por frases publicitárias e caricatas, tendentes a mostrar que a razão principal para a existência do império intercontinental era a glória e o prestígio expressos em dizeres de tipo "Sem África, Portugal não é nada e Sem África Portugal perderia seu peso e influência."<sup>25</sup>

Ao abrigo do Acto Colonial várias medidas foram introduzidas, destinadas a garantir um melhor controlo administrativo do território e das populações da colónia. Inserem-se neste quadro a introdução das culturas forçadas, o *xibalo*, o aperfeiçoamento dos métodos de cobrança do imposto e de controlo da população, a utilização dos régulos como agentes do poder local do Estado colonial e dos missionários, propagadores da submissão a esta nova

---

<sup>24</sup> Seegers, *op. cit.*: 55

<sup>25</sup> Idem

realidade, num amplo processo destinado à racionalização e sistematização da exploração colonial, acompanhado de uma feroz repressão.<sup>26</sup>

O entendimento geral da postura de Portugal pode ser encontrada na interpretação da seguinte descrição: "A política colonial portuguesa é geralmente resumida em três fases distintas: o período das descobertas, o da pacificação e o dos "conceitos errados exagerados do destino colonial português manifestados a partir de 1926, com a subida de Salazar ao poder".<sup>27</sup>

Este era o quadro que se apresentava diante da exigência da FRELIMO de liberdade e independência, que tinha como resposta o aumento da máquina militar e de repressão. Os levantamentos e greves do Porto de Lourenço Marques no ano de 1947 e 1956, com as centenas de mortos, presos e deportados, os tristemente célebres acontecimentos de 16 de Junho de 1960 em Mueda, são apenas alguns exemplos que se podem trazer para ilustrar essa situação.

Esta posição de inflexibilidade e persistência na violência, bastante vinculada pelo Acto Colonial, mantinha-se com a mesma rigidez trinta anos depois quando, em 1962, os moçambicanos se organizaram em torno da FRELIMO para reivindicar os seus legítimos direitos.

Assim, a FRELIMO surgiu num contexto claro de ausência de mecanismos pacíficos para fazer valer a sua reivindicação maior, a independência, o que legitimou a institucionalização de um braço armado, as FPLM. A luta armada aparecia como via única para fazer vincar esse direito à autodeterminação e liberdade.

Foi neste quadro que o I Congresso da FRELIMO, ao debruçar-se sobre a organização do movimento, decidiu privilegiar a estruturação dum componente militar, o Departamento de Defesa e Segurança (DSD).

O DSD surgiu como um dos Departamentos do Comité Central criados no I Congresso, que em coordenação com o Departamento da Organização do Interior (DOI), deveria levar a cabo

<sup>26</sup> Brito, Borges Coelho, Negrão, História da Luta Armada de Libertação Nacional, [não publicada, SD, SL]:18

<sup>27</sup> Bragança, *op.cit*:60



membros eleitos para o CC. João Mungwambe viria a ser persuadido a regressar para a FRELIMO mais tarde, sem contudo reocupar as suas antigas funções.<sup>30</sup>

Quase de seguida, Mateus Mole, tesoureiro da Frente e o seu companheiro da ex-Manu, Milinga Malinga, todos nascidos e crescidos na Tanganhica, também foram afastados por alegações de desvios de fundos da organização. Foi necessário ir procedendo à reestruturação do CC da organização e preenchê-lo de novos elementos; foi assim que o movimento passou a ser constituído por seguintes membros da direcção: Eduardo Mondlane, presidente; Uria Simango, vice-presidente e secretário dos negócios estrangeiros; Marcelino dos Santos, secretário do departamento da organização do interior, mais tarde, do departamento dos assuntos políticos; Silvério Nungu, secretário do departamento da administração; Lourenço Mutaca, secretário do departamento das finanças; Mariano Matsinha, secretário adjunto do departamento de administração e mais tarde, secretário do DOI; Mzee Lázaro Kavandame, secretário provincial de Cabo Delgado; João Mungwambe, secretário do DSD, afastado de seguida, e depois recolocado representante da FRELIMO em Argel, mais tarde secretário-adjunto das Relações Exteriores; Feliciano Gundana, adjunto do DSD; Jacob Jeremias Nhambire, adjunto do DSD, mais tarde, representante da FRELIMO na CONCP em Argel; Namashulua, secretário do departamento dos assuntos sociais; Filipe Samuel Magaia, adjunto e logo em seguida, secretário do DSD.

Foram fazendo parte, no período subsequente a estas conturbações, com diferentes funções, Francisco Sumbane, Pascoal Mocumbi, Jorge Rebelo, João Unhai, Armando Guebuza, Samora Machel, Joaquim Chissano e Raul Casal Ribeiro (os quatro últimos nas funções de, respectivamente, secretário do departamento da educação e cultura, do departamento de defesa, do departamento de segurança e adjunto do departamento de defesa e comissário político nacional, isto depois da sessão do CC realizada em Outubro de 1966, após o assassinato de Filipe Magaia).

---

<sup>30</sup> Gundana, entrevista citada. De referir que Feliciano Gundana foi observador destes factos por ter sido membro fundador da Frelimo, após ter integrado as fileiras da Udenamo desde Março de 1962; fez parte da chefia do DSD como adjunto de Filipe Magaia, assim que este assumiu a liderança na sequência da expulsão precoce de João Mungwambe, ainda em finais de 1962.

Esta é a lista que sucessivamente foi preenchendo a direcção de departamentos e diferentes órgãos da Frente na qualidade de membros do CC, até ao II Congresso, realizado de 20 a 25 de Julho de 1968.<sup>31</sup>

Esta pequena descrição serve para entender as várias mutações que ocorreram na constituição das chefias dos departamentos do CC, e também as ocorridas no DSD. A essas mutações corresponderam inúmeras divergências, quer motivadas pela representatividade, na direcção da FRELIMO, das antigas organizações, (Udenamo, Manu e Unamo), quer de índole tribal, regional e até racial.<sup>32</sup>

Embora existisse o DSD, a responsabilidade de direcção total da luta armada foi delegada pelo I Congresso ao CC, o que na fase inicial gerou certa confusão em termos de identificação das responsabilidades de cada departamento, particularmente ao nível de actuação no interior depois do início das hostilidades. Este facto atrasou, em parte, a individualização rápida do comando das FPLM, pois todos se sentiam igualmente responsáveis do processo.

Não obstante o clima de fracções e alguma confusão já referido, dias depois do encerramento do congresso foram encetados vários contactos visando estabelecer a plataforma de formação de quadros para a luta armada. Beneficiando do relacionamento existente entre certos moçambicanos, como Eduardo Mondlane e Marcelino dos Santos, e a direcção da Frente de Libertação Nacional da Argélia (FLN), aprofundado em Marrocos, no quadro da Organização de Solidariedade dos Povos Afro-Asiáticos (OSPAA), e da Organização das Colónias Portuguesas (CONCP), fazendo uso da atitude positiva para com a causa de libertação por parte do governo argelino liderado por Ben-Bella, a FRELIMO consegue que a Argélia assuma um papel pioneiro no processo de formação militar de quadros para a guerrilha. Pela mesma via se consegue o apoio do Egipto, e através da embaixada israelita em

---

<sup>31</sup> Esta lista consta do discurso oficial do CC ao II congresso, referido por Fernando Guezimane, entrevistado a 22 de Novembro. Filipe Magaia não chega a participar no congresso, pois foi assassinado, em circunstâncias ainda não esclarecidas, em Nkalapa- Niassa Oriental, hoje distrito de Sanga, em 10 de Outubro de 1966, quando regressava duma missão combativa bastante penosa e complexa em que levou consigo grande parte da direcção do DSD. Guezimane era integrante da comitiva em que Magaia foi morto.

<sup>32</sup> Mariano Matsinha, entrevista citada.

Dar-es-Salam, consegue-se um apoio daquele país na formação dos primeiros enfermeiros das FPLM.<sup>33</sup>

Dando seguimento aos contactos já referidos, efectuados pelo presidente da FRELIMO e por Marcelino dos Santos, Filipe Magaia deslocou-se à Argélia para preparar as condições de estabelecimento dum programa de treinamento dos primeiros instrutores militares das FPLM.<sup>34</sup>

A Argélia, independente em 1962 fruto duma guerra de guerrilha vitoriosa, parecia vir a ser uma grande fonte de inspiração da FRELIMO, tanto na concepção da criação das FPLM como na delineação da estratégia e tática de combate contra a máquina militar colonial. Com efeito, foi com a assessoria e aconselhamento dos comandantes treinados na base da experiência argelina de luta contra o exército francês, que se estabeleceu tanto o programa inicial de luta contra o exército português como o próprio treino inicial dos primeiros guerrilheiros moçambicanos a introduzir em território nacional. Porém, a postura de acções urbanas de tipo terrorismo advogadas em seguida pela doutrina argelina, viriam a distanciar a FRELIMO daquela assessoria.<sup>35</sup>

Apesar desse facto, é de referir a importância de que se revestiu a ida à Argélia, em Janeiro de 1963, do primeiro grupo de cinquenta jovens para treino político/militar, chefiado pelo próprio chefe do DSD, Filipe Samuel Magaia, e dos dois grupos subsequentes, cada um composto de cerca de setenta homens, que, ainda no mesmo ano de 1963 seguiram para aquele país africano.

O primeiro grupo lá treinado regressou entre Maio e Junho de 1963. Foi ele que abriu o primeiro campo de treino, em Bagamoyo, a cerca de 45 milhas de Dar-Es-Salam. Devido a sua proximidade da cidade capital, Bagamoyo não oferecia condições de segurança para permanecer como centro de instrução, como também não dispunha de infra-estruturas para exercitar tiro e outras acções necessárias do treino militar.<sup>36</sup>

<sup>33</sup> Sérgio Vieira, entrevista a 11 de Março de 1997.

<sup>34</sup> Gundana, entrevista citada

<sup>35</sup> S.Vieira, entrevista citada.

<sup>36</sup> Feliciano Gundana, conta que o governo tanzaniano receava manter próximo da capital um campo de treino de guerrilheiros.

Não obstante, Bagamoyo foi o primeiro campo onde o grupo vindo da Argélia começou a realizar o treino que, embora incompleto como se disse, cobriu grande parte do pessoal refugiado, que vivia desocupado em Bagamoyo mas tinha o entusiasmo de se preparar para o combate pela libertação do país.

No quadro da OSPAA, foram também enviados grupos de moçambicanos para outros países que se disponibilizaram a facultar treinamento militar. Em 1963, Marcelino dos Santos deslocou-se à República Popular da China e foi recebido por Mao Tsé Tung. Eduardo Mondlane também visitou aquele país em 1964, tendo discutido amplamente com as autoridades chinesas a sua assistência militar à FRELIMO.

Na sequência da visita a Tanzania de Chou En Lai, então Primeiro Ministro chinês, foi acordado o envio de instrutores chineses para treinar guerrilheiros moçambicanos, nos diferentes campos das FPLM em território tanzaniano. Estes instrutores, embora permutados periodicamente, permaneceram treinando as FPLM desde 1965 até ao fim da guerra de libertação.<sup>37</sup>

Parece inegável que as FPLM, tiveram uma forte influência do longo convívio com os instrutores chineses; a estratégia da sua guerra de guerrilha, o desenvolvimento de acções do campo para as cidades, o excesso de secretismo, coincidem bastante com o pensamento militar e postura dos chineses.

A URSS, outro importante apoiante da FRELIMO, sempre se pautou pela concessão de apoio moral e material, e em relação à formação de quadros, ao longo de toda a guerra, sempre preferiu efectuar-lo em território soviético. A única ocasião em que três oficiais do exército soviético vieram à Tanzania para treinar quadros das FPLM foi quando, de Fevereiro a Junho de 1972, um grupo de cerca de quarenta e cinco guerrilheiros, chefiado por Oswaldo Tanzama, recebeu treino de manejo de Grad P (B11) em Munduli- Arusha.<sup>38</sup> Foi um curso de extrema importância para o aumento de capacidade de fogo dos guerrilheiros. Foi com o Grad

---

<sup>37</sup> S.Vieira, entrevista citada.

<sup>38</sup> António Hama Thai, entrevista a 01 de Maio de 1996. O Grad P, que é um cano da instalação de BM14 e BM21, pelo seu alcance, (cerca de 11 Km) e seu efeito destruidor, criou pânico nas hostes da tropa portuguesa quando surgiu no armamento empregue pelos guerrilheiros.

P que as FPLM, flagelaram Mueda, Chingódzi e outras importantes bases do exército colonial português.

Para complementar o treino que se efectuava a partir desses países amigos e assegurar uma uniformização dos conceitos de ordem unida<sup>39</sup> e tática de combate que cada grupo trazia do país onde treinara, após autorização das autoridades tanzanianas, abriu-se o campo de treino de Kongwa, em 4 de Abril de 1964. Kongwa, situado em Dodoma, província central da Tanzania, era um campo mais completo em termos físicos, e que oferecia melhores condições de treino e relativa segurança para o governo tanzaniano. Para a chefia do campo foi designado Samora Machel, coadjuvado por Tobias Lindolodolo. Após a abertura do campo de Kongwa, Bagamoyo permaneceu apenas como campo de trânsito, onde os elementos destinados à formação em Kongwa e depois de lá terem cumprido o programa de treino, aguardavam destino.<sup>40</sup>

Muitos episódios descrevem a vida deste campo. Para ele afluíram elementos oriundos de diversas partes e diversas situações, desde refugiados vindos da Tanzania, Kenya, Malawi, Rodésia e Zâmbia aos provenientes de Moçambique em resultado do trabalho de mobilização; para lá veio o segundo e terceiro grupos treinados na Argélia e os regressados do Gana, da URSS, da China, de Israel e do Egipto, para além dos que já se encontravam em Bagamoyo.

Como se pode ver, houve uma convergência de diferentes homens com diferentes concepções acerca das formas de luta de libertação nacional, definição do inimigo, estrutura e organização das forças em criação. Uns traziam galões e insígnias dos países onde haviam sido treinados e exigiam tratamento diferenciado por se considerarem oficiais, o que os punha em choque com os que traziam, por exemplo, concepções mais modestas de vida simples, e identificada com o povo, como era o caso dos treinados na China e URSS.<sup>41</sup>

<sup>39</sup> Insere-se neste termo, todo o conjunto de procedimentos, normas de execução, a que os militares obriga-se a cumprir tudo o que nela se prescreve.

<sup>40</sup> Chipande, entrevista citada.

<sup>41</sup> Chipande, entrevista citada. Para Chipande, os problemas que originaram, mais tarde, a rebelião de 17 a 19 de Dezembro de 1975, tinham em parte, semelhança com os enfrentados ainda em Bagamoyo e, sobretudo, em Kongwa, bem como no segundo Congresso da FRELIMO. Era uma espécie de recusa.

Kongwa apresentava ainda uma outra particularidade; parte do seu território servia para albergar combatentes do ANC, ZANU/ZAPU e SWAPO. Pode dizer-se que Kongwa foi, eventualmente, o ponto onde travaram conhecimento as alas político-militares destes movimentos de libertação da África Austral. Este relacionamento iria perdurar até aos dias de hoje, com impacto por vezes nas posições que os movimentos viriam a tomar no contexto da resolução da questão da libertação desta região.

As grandes discussões sobre a estratégia e tática de luta contra o regime colonial foram decorrendo ao longo da estruturação das FPLM, em Kongwa e sobretudo no campo de Nachingweia, depois da sua criação em 1965. Um grupo defendia que se devia organizar um exército para fazer uma guerra de conquista que consistia em juntar todas as forças disponíveis num local, expulsar os portugueses desse local e proclamar independência, para depois prosseguir o avanço engrossando esse exército com novos combatentes incorporados no processo de avanço até ao sul de Moçambique. Eram as ideias lideradas por Mzee Kavandame e Kadawele, que no fundo ocultavam a sua intenção de pretender apenas libertar as suas zonas de origem, Cabo Delgado e Niassa respectivamente, para depois se substituírem aos portugueses.<sup>42</sup>

Eduardo Mondlane e outros defendiam a realização de uma guerra de desgaste, através de focos de guerrilha em todo o território nacional, embora evitando sempre que possível a confrontação aberta com a máquina militar colonial.<sup>43</sup> Deve dizer-se que mesmo esta tese não se apresentava clara e coesa, vindo a ser aperfeiçoada ao longo do avanço da luta.

Por causa desta divergência de pontos de vista, tanto de estratégia como de tática de acção, de Kongwa foram seleccionados e enviados elementos para reconhecimento e preparação do início da luta armada em todas as províncias do território nacional. Para a região sul, por exemplo, a rede era coordenada por Matias Mboa e Maduna Xinana, e tinha

---

<sup>42</sup> Chipande, na mesma entrevista.

<sup>43</sup> S.Vieira, na entrevista citada, defende que a ideia do lançamento da luta em todo o território nacional, era motivada também pelo designio de construir e alicerçar a unidade nacional. Os focos aqui referidos não coincidem com os advogados por Che Guevara.

representantes nas províncias de Inhambane, Gaza e Maputo. Ela acabou por ser desmantelada e os seus coordenadores presos.<sup>44</sup>

O desencadeamento da luta armada de libertação nacional em Setembro de 1964, ocorreu sem existência de uma estrutura de comando centralizada e coesa. A única estrutura militar existente, como dissemos, era constituída pelo secretário do DSD, Filipe Magaia, os seus adjuntos, Feliciano Gundana para área de administração e finanças e Jacob Jeremias Nhambire para a área militar, lidando com questões de material de guerra, infiltração de combatentes para o interior, reconhecimento e segurança. Na linha daquilo que se podia considerar o comando militar central daquele período, situava-se também a chefia do campo de instrução militar de Kongwa, desde 1965 transferido para Nachingweia, sob a direcção de Samora Machel.

A noção que se utilizou na altura, foi de que os instrutores eram ao mesmo tempo os comandantes que levariam as unidades, para o campo da batalha após o treino.

Para acompanhamento directo das acções, o DSD tinha, por sua vez, um representante na região fronteira de Mtwara, que era no início o Chulo, José Chaúma, e um outro no Niassalândia Bonifácio Gruveta. Eram estes representantes que deveriam assegurar a infiltração dos combatentes em Cabo Delgado, Niassa, Zambézia e Tete, e sobretudo resolver as questões de introdução de material de guerra; esta estrutura desdobrava-se para o interior, através do chefe do DSD provincial, que era o adjunto do secretário provincial da FRELIMO.<sup>45</sup>

Enquanto os efectivos foram reduzidos, esta estrutura foi-se mantendo; contudo, quando o CC, em Junho de 1964, decide avançar para o desencadeamento da luta armada, os problemas foram-se tornando complexos e começou a ser bastante notória a ausência de um Comando Militar Central. Ocorria aqui o velho problema de "quando todos se responsabilizam, ninguém se responsabiliza". Os secretários provinciais da FRELIMO, imiscuíam-se no trabalho dos chefes do DSD provincial. Por outro lado, O secretário do DSD nacional tinha que se preocupar por todos os detalhes do trabalho militar, da coordenação das tropas e seu equipamento, sem possuir um corpo de oficiais especializados que o assistissem nas diferentes

---

<sup>44</sup> Mariano Matsinha, entrevista a 16 de Novembro de 1995.

<sup>45</sup> Gundana e Chipande, entrevistas citadas.

questões. Esta situação apenas viria a ser ultrapassada em Outubro de 1966, com a repartição do DSD em Departamento de Defesa (DD) e Departamento de Segurança (DS).<sup>46</sup>

Foram os reveses iniciais, nomeadamente a prisão da rede do sul do Save e o desmantelamento da rede do centro do país, que tiveram impacto na estrutura orgânica implantada para a condução da guerra e ditaram correcções dramáticas na estratégia e táctica de actuação.

Em termos de estruturação das unidades, inicialmente os guerrilheiros das FPLM organizaram-se em linhas convencionais: batalhão, companhia, pelotão e secção, isto ainda antes do início da guerra, mas porque se provou impraticável para a infiltração, o sistema foi logo abandonado. Em busca duma estrutura adequada às características de cada província criaram-se as secções, pelotões, sectores, destacamentos, bases de sectores, de destacamentos e provinciais, em Cabo Delgado, Tete e Zambézia, enquanto que no Niassa optou-se por se criar as regiões operacionais do Niassa ocidental e oriental.<sup>47</sup>

Para o mesmo período relativo ao início das hostilidades, o exército colonial apresentava o seguinte dispositivo:<sup>48</sup> Havia a Região Militar de Moçambique, com o seu Quartel-General situado em Lourenço Marques e que se dividia em três comandos territoriais. O primeiro, com sede em Nampula, compreendia os então designados distritos administrativos do Niassa, Moçambique e Zambézia; o segundo, com sede na Beira e ainda sem comando constituído, abrangia os distritos de Tete e de Manica e Sofala (mais tarde dividido em dois, com as sedes na Beira e Vila Pery); o terceiro, com sede em Lourenço Marques, estava a cargo do Quartel-General da própria Região Militar, e era constituído pelos distritos de Inhambane, Gaza e Lourenço Marques.

Segundo esse mesmo dispositivo, cada comando territorial estava dividido em sectores de batalhão, correspondendo, em regra, a um distrito e dispondo de subunidades de tipo companhia. Para essa altura, as companhias e pelotões deslocados encontravam-se em

---

<sup>46</sup> Ver o discurso oficial do CC ao II congresso, pp.12,13.

<sup>47</sup> Chipande, *idem*.

<sup>48</sup> Ver, Estado-Maior do Exército, (1989), *Resenha histórico-militar das campanhas de África (1961-1974)*, 4º volume, *Dispositivo das Nossas Forças Moçambique*, Lisboa:73



“missão de ocupação”, exceptuando algumas poucas companhias, que além dessa missão tinham ainda a de intervenção à ordem do respectivo batalhão.

Em teoria, o confronto entre os dois beligerantes, seria a contraposição destes dois dispositivos. Mas como a guerra de guerrilha é, fundamentalmente, um conflito irregular, tal não aconteceu.

Do lado das FPLM, o tipo de organização e estrutura instalado em cada província tinha uma certa dose de influência do tipo de experiência de formação que traziam os respectivos comandantes, pois cada um achava o modelo do país onde treinara o mais ideal e adequado.

Portanto, os princípios militares que rezam que a organização e a estrutura militar dependem não só da estratégia e tática de acção mas também do carácter do inimigo a enfrentar, do equipamento disponível, da capacidade logística, das condições topográficas e do comportamento da população em relação aos contendores, terão encontrado neste caso uma aplicação bastante particular.

O mesmo paralelo analítico pode ser trazido para o aspecto dos meios de execução de guerra. Maria Carrilho, citando Engels, sustenta que o armamento, a organização táctica e estratégica militares dependem, em cada época, do nível tecnológico e da sociedade e esta por sua vez depende do nível de desenvolvimento económico. A generalização das armas de fogo, por exemplo, influiu na própria condução das guerras, da mesma maneira que a organização das tropas em combate também foi profundamente modificada pelo tipo de armamento utilizado.<sup>49</sup>

Se fizermos uma observação atenta, veremos que este princípio se verificou no caso do exército colonial, mas em quase nada foi observado pelas FPLM. Assim, as FPLM, travando uma guerra de guerrilha, não tinham como alvo uma aberta confrontação com o dispositivo militar do exército português, mas sim tornear e desorganizar esse mesmo dispositivo.<sup>50</sup>

Por outro lado, há que considerar que o primeiro armamento usado pelos guerrilheiros da FRELIMO era de segunda categoria e bastante ligeiro; herdado do exército francês por via da

---

<sup>49</sup> Carrilho, Maria, (1985), *Forças Armadas e Mudança Política em Portugal no séc.XX: para uma expliação sociológica do papel dos militares*, Lisboa: 22.

<sup>50</sup> Mabote, entrevista citada.

Argélia, em 1964 era constituído por MAT 49, MAS 36 e algumas Thompson 0.50.<sup>51</sup> O armamento do Leste europeu veio mais tarde, fornecido pela China, URSS, Bulgária, Checoslováquia, Hungria, RDA, Jugoslávia, Coreia do Norte e Cuba, nomeadamente o PPSH e Simonov, a partir de finais da década de 60 surgiu a AK, RPK, RPG, os morteiros 60 e 82mm, o canhão chinês sem recuo de 75mm, o B10, a 12,7, 14,5mm, o ZGU e ZU 23, e finalmente o Grad P, o Strella 2M, já nos anos 70.<sup>52</sup>

Devido a este fraco equipamento inicial, à dispersão de conceitos de condução da guerra, o período de 1962 - 1966 foi caracterizado por grande fluidez organizacional e mutações nas estruturas de comando e direcção das tropas.

A guerra começou com o ataque a Chai em 25 de Setembro de 1964, com o início das acções junto ao Lago Niassa, o ataque a um posto português na Zambézia em finais do mesmo Setembro, e o início das acções em Mutarara, em 25 de Dezembro do mesmo ano.<sup>53</sup> Isto correspondeu ao lançamento da guerra nas frentes de Cabo Delgado, Niassa, Zambézia e Tete, contrariamente ao plano de iniciar a guerra em todas as províncias do país.

Nesta fase inicial, últimos meses de 1964 e primeiros de 1965, a luta caracterizou-se por uma guerrilha com efectivos militares reduzidos,<sup>54</sup> armamento fraco e acções esporádicas. Os guerrilheiros atacavam e regressavam às suas bases, que também eram móveis. Porque a luta foi iniciada nos finais da campanha agrícola 1963/1964, e os camponeses haviam levado consigo para a floresta os produtos dos celeiros, não se registaram grandes problemas para alimentar os reduzidos efectivos de guerrilheiros; as populações davam alimentação e escondiam -nos da tropa e polícia coloniais.<sup>55</sup>

---

<sup>51</sup> S.Vieira, entrevista citada. O armamento adquirido da FNL, era bastante inferior ao do exército português. Com o surgimento do armamento dos países do leste, que em termos de características técnico-táticas, em termos de equipamento individual as tropas de infantaria dos dois beligerantes, eram equiparados.

<sup>52</sup> Chipande, na mesma entrevista.

<sup>53</sup> Gundana e Chipande, coincidem nas suas descrições sobre estes eventos.

<sup>54</sup> No ataque a Chai por exemplo, Chipande comandava uma secção de 12 homens.

<sup>55</sup> Brito, *op.cit*: 66, 67.

Este tipo de acções, manteve-se até 1966, período em que não foi atacado um grande quartel ou local de concentração de soldados, pois os combatentes não estavam preparados e nem tinham equipamento adequado para o fazer.<sup>56</sup>

Entretanto, os problemas de ausência de um comando sincronizado e Estado Maior, a cumplicidade do Malawi com o regime colonial, e as ambiguidades da Zâmbia, agravaram os problemas logísticos das frentes e, em 20 e 26 de Janeiro de 1965, os guerrilheiros actuando na Zambézia e Tete fizeram as suas últimas acções, após o que foram detidos e o seu material apreendido no Malawi; houve até ameaça de entrega dos guerrilheiros aos portugueses, o que só não aconteceu por intervenção pessoal do Dr Mondlane.<sup>57</sup>

Desta feita, este revés do encerramento das frentes de Tete e Zambézia, associado ao já referido desmantelamento da organização clandestina na cidade de Lourenço Marques constituída na IV região militar da FRELIMO, pela PIDE, com a prisão, nos últimos dias de 1964 e durante o mês de Janeiro de 1965, de personagens como Rui Nogar, Malangatana Valente, Sansão Muthemba, João Reis e dos combatentes enviados de Dar-Es-Salam, Joel Monteiro, Josefate Machel e o seu chefe Matias Mboa e outros, o fracasso da rede da região central, pareciam ensombrar todo o projecto da luta armada de libertação naquela etapa.<sup>58</sup>

Todavia, apesar de todas estas dificuldades, nos finais de 1965 começaram a surgir as consideradas zonas libertadas nas províncias de Niassa e Cabo Delgado, onde a luta se mantinha acesa. Com o surgimento das zonas libertadas, apareceu também a questão da sua defesa e administração, que viria a reacender profundas divergências de estratégia de continuidade da luta.

Em Fevereiro, Agosto e Outubro de 1966, realizaram-se sessões do CC que analisaram a questão da administração das zonas libertadas, particularmente os conflitos internos entre os chamados "políticos" e os "militares", que se faziam sentir tanto em Cabo Delgado como nas frentes de Niassa, incluindo na recém aberta frente do Niassa Austral. Uma das medidas tomadas para enfrentar as dificuldades que afectavam o desenvolvimento da luta no interior

---

<sup>56</sup> *Ibidem*: 69.

<sup>57</sup> Brito, *op. cit*: 84, 85.

<sup>58</sup> Brito, *op. cit*: 82

foi a substituição de Jaime Sigáúque, que entretanto falecera, por Mariano Matsinha, na chefia do DOI, e a criação de um comité político-militar, com objectivo de dar um carácter unitário às acções dos diversos responsáveis do interior e reestruturar a área da defesa.<sup>59</sup>

Entretanto, os defensores da substituição dos portugueses por pretos, haviam passado à ofensiva, desta vez optando por organizar a eliminação física de dirigentes revolucionários da luta. Filipe Samuel Magaia, pioneiro da organização militar da FRELIMO e destacado comandante da guerrilha, foi cobardemente morto a tiro num riacho em Nkalapa, distrito de Sanga no Niassa, por disparo premeditado de um dos integrantes da coluna que ele dirigia, já de regresso do cumprimento de uma ousada e complicada missão combativa, no dia 10 de Outubro de 1966.<sup>60</sup>

Dando seguimento à decisão do CC, em Abril de 1967 estabelece-se um comando central efectivo para coordenar as acções militares no terreno e assegurar o abastecimento logístico das diferentes forças. Esse comando é constituído por Samora Machel, designado para substituir Filipe Magaia, pelo então comissário político das FPLM, Raul Casal Ribeiro, e doze responsáveis de secções especializadas, formando o conselho nacional de comando, surgido a partir da separação do DSD em DD e DS.<sup>61</sup>

Em consequência desta remodelação, encontramos uma estrutura das FPLM mais hierarquizada, tendo no topo o secretário do DD, o seu adjunto, o comissário político das tropas, e os chefes de secções nacionais (como se pode ver na figura):

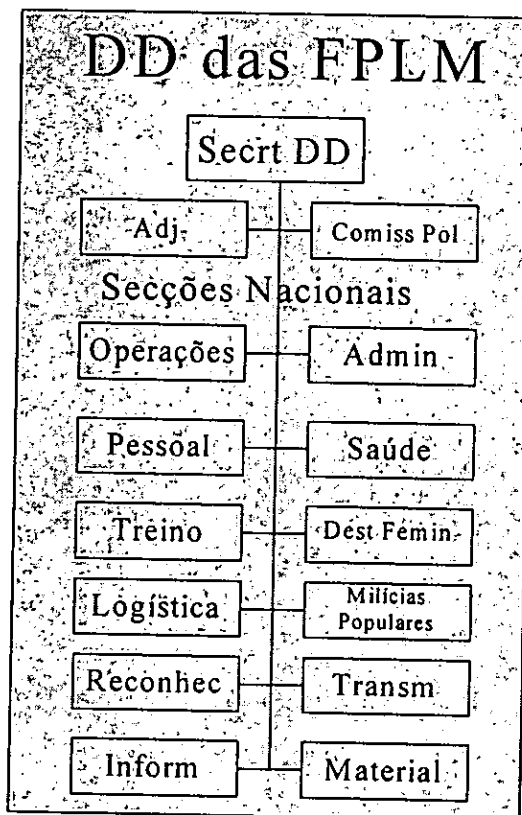
---

<sup>59</sup> Brito, *op. cit.*:89-92.

<sup>60</sup> Guezimane, entrevista citada.

<sup>61</sup> Brito, *op. cit.*:100.

Quadro 2 - Organização e Estrutura das FPLM em 1967



Operações, Pessoal, Treino e Formação de Quadros, Logística, Reconhecimento, Transmissões e Comunicações, Informação e Publicações Militares, Administração e Finanças, Saúde, Destacamento Feminino e Milícias Populares. Este Conselho Nacional de Comando considerava-se baseado transitoriamente em Nachingwea, pressupondo-se que, numa fase posterior, iria ser instalado no interior do território nacional. Esta estrutura nacional desdobrava-se ao nível provincial com a mesma composição, sendo aí dirigida pelo chefe operacional provincial, o DD provincial, que por inerência de funções, era o secretário adjunto provincial da FRELIMO.<sup>62</sup>

Facto curioso é que os elementos do Conselho Nacional de Comando, tanto em Nachingweia como no interior, ficaram conhecidos por “os da escala nacional”; tinham um tratamento elitizado bastante acentuado, que se traduzia numa diferenciação que contrastava

<sup>62</sup> Discurso oficial do CC, *op. cit.*: 14,15.

com o princípio revolucionário apregoado, de total igualdade; (primeiro nos sacrifícios e último nos benefícios quando em posições de chefia na cadeia de comando).<sup>63</sup>

Lenine dizia que “a organização militar, como a guerra, é indissociável da política que a precede e informa, pois o objectivo político é o que determina, afinal, a caracterização dos exércitos bem como das guerras”,<sup>64</sup> Daí a célebre afirmação de Clausewitz de que “a guerra é continuação da política por outros meios”. Lenine acrescentava que é continuação da política de um determinado grupo ou classe; não continuação de qualquer política(...)

Facto inegável é que o Conselho Nacional de Comando significou a passagem a uma fase superior de organização, que imprimiu maior eficácia e melhor coordenação das acções. Em consequência disso, em Agosto de 1967 foram enviados os primeiros contingentes de guerrilheiros para preparar a reabertura da frente de Tete. Apesar da descoberta da rede de militantes da FRELIMO na região de Puato e subsequente captura de um depósito de armamento importante para o desencadeamento das acções, as autoridades coloniais não conseguiram impedir o reinício dos combates nesta frente.<sup>65</sup>

Com efeito a 8 e 11 de Março de 1968, com um ataque ao aquartelamento militar de vila Gago Coutinho e uma emboscada na serra Chimanto, ambos a Norte da Marávia os guerrilheiros reabriram a frente de Tete surpreendendo, de alguma maneira o Batalhão de Caçadores 1906 recém-chegado a este sector operacional. Ainda no mesmo mês de Março, explorando o sucesso da surpresa das acções desencadeadas, os guerrilheiros atacaram sucessivamente, Cassuende, Furancungo, Fíngoè e Vila Vasco da Gama, fazendo com que a situação militar de Tete, um mês depois do início das acções, fosse reconhecida pelo

---

<sup>63</sup> Comentários de Guezimane e Matsinha, indicam que de facto a questão de alguns quadros acomodados em Nachingweia prevaleceu em todo o período da guerra, sendo curioso que depois em 1975 tenham sido os reivindicadores das maiores patentes e alguns as obtiveram em 1980, devido aos critérios que foram seguidos para a sua atribuição. Estes são alguns dos hiatos na história das FPLM.

<sup>64</sup> Ver :I.Lenine, obras escolhidas, Tomo II, sobre a guerra.

<sup>65</sup> Borges Coelho, (1989), *O Início da Luta Armada em Tete, 1968-1969: a primeira fase da guerra e a reacção colonial*, Maputo:65.

Comando do Sector como sendo tão intensa quanto a de Niassa e Cabo Delgado. Isto foi reconhecido pelo Comando-Chefe.<sup>66</sup>

As acções de desespero dos que se opunham ao carácter popular da linha prosseguiram então com maior ímpeto. Em 9 de Maio de 1968, um grupo da designada FRELIMO Youth League atacou os escritórios da FRELIMO em Dar-es-Salam e feriu gravemente Mateus Sansão Muthemba, membro do CC, que veio a falecer em 6 de Junho em consequência desses ferimentos.<sup>67</sup>

Dada a gravidade da situação, de 20 a 25 de Julho de 1968 teve lugar em Matchedje, localidade do Niassa ocidental, o II congresso da FRELIMO, que apesar de anunciado pelo presidente Mondlane com dois meses de antecedência aquando do ataque aos escritórios da FRELIMO, não pôde ser localizado pelo exército português senão no dia 26 de Julho, um dia após o encerramento do congresso, altura em que o local foi bombardeado. A realização do congresso dentro de Moçambique, juntando 170 delegados e observadores, constituiu uma demonstração inegável do avanço da luta armada e, sobretudo, da existência das zonas libertadas, que tanto eram negadas pelas autoridades coloniais.

O II congresso, ao aprovar a tese da guerra popular revolucionária, pelo seu conteúdo, métodos e objectivos, confirmou a natureza popular da luta armada de libertação nacional. Na sequência disso, foi reforçado o papel das milícias populares como auxiliares da guerrilha, do destacamento feminino como factor de engajamento da mulher nas tarefas da luta, adoptou-se a política de clemência e várias outras medidas tendentes a assegurar o apoio internacional à causa da Frente e assegurar o avanço da luta.

Entretanto, de 24 de Agosto a 1 de Setembro, o CC teve que se reunir para analisar a questão da rejeição das resoluções do congresso pelos "chairmen" de Cabo Delgado, que entretanto se serviram da FRELIMO Youth League para bloquear a entrada de reforços e abastecimentos em armas e munições, e a saída de pessoas de Moçambique, incluindo doentes e feridos. A sessão decidiu constituir um alto comando militar sob a direcção do presidente da FRELIMO e convocou os chairmen para uma reunião com o comité político-militar em Mtwara. Nessa reunião o grupo dos chairmen declarou a autonomia de Cabo

---

<sup>66</sup> *Ibidem*: 84-85, 87.

<sup>67</sup> Matsinha, entrevista citada.

Delgado em relação ao resto de Moçambique. Na sequência destes distúrbios, Paulo Samuel Kankomba chefe-adjunto das operações militares, que fora enviado para se inteirar da situação de Cabo Delgado, foi assassinado por um grupo de desertores e guarda-costas dos chairmen, na margem tanzaniana do rio Rovuma, a 22 de Dezembro de 1968.<sup>68</sup>

O comité executivo da FRELIMO, vendo a gravidade das acções divisionistas, decidiu expulsar Kavandame da FRELIMO e substituí-lo nas funções de secretário provincial de Cabo Delgado por Raimundo Pachinuapa.

Entretanto a conspiração era grande e continuava. No dia 3 de Fevereiro de 1969, morria assassinado por uma encomenda armadilhada o presidente Mondlane. Imediatamente após o funeral do presidente Mondlane, Uria Simango convocou o comité executivo e fez-se nomear presidente interino da FRELIMO.

De 11 a 21 de Abril de 1969, o CC reuniu-se e analisou a situação surgida no seio da Frente, incluindo a entrega de Kavandame e 35 chairmen ao administrador português de Porto de Ochoa, em Nangade. O CC recusou-se a confirmar Simango presidente da Frelimo e optou por criar um colégio presidencial, constituído por Uria Simango, Samora Machel e Marcelino dos Santos, para assumir as funções da presidência. Segue-se um período bastante conturbado que tem o seu auge na publicação por Simango de um documento no exterior, designado "*Gloomy Situation in FRELIMO*" a 4 de Novembro de 1969<sup>69</sup>. Nesse documento, Simango faz uma série de acusações e pede a demissão dos outros dirigentes do colégio presidencial, como condição para a sua permanência na FRELIMO.

O comité executivo tendo se reunido a 9 de Novembro para analisar as alegações de Uria Simango, decidiu suspendê-lo do colégio presidencial até a realização da sessão seguinte do CC. Na Sua IV sessão, efectuada 9 a 14 de Maio de 1970, o CC decidiu expulsar Simango de membro da FRELIMO, e elegeu Samora Machel para presidente e Marcelino dos Santos para vice-presidente.<sup>70</sup>

---

<sup>68</sup> Chipande, entrevista citada.

<sup>69</sup> Matsinha, entrevista citada.

<sup>70</sup> Matsinha, *Idem.*



Do lado do regime colonial, a crise no seio da FRELIMO foi utilizada pelo exército para tentar aniquilar por completo a organização. Inspirando-se nas posições de Salazar, que até à sua morte defendia que a guerra era apenas nas fronteiras e que os terroristas eram mercenários pelo que a guerra contra eles deveria ser mantida indefinidamente, Marcello Caetano que subira ao poder em 27 de Setembro de 1969, também mantinha a mesma visão, acrescentando que a guerra só tinha lugar nas fronteiras com os países vizinhos que apoiavam e mantinham os guerrilheiros e nada mais.

Dentro deste prisma, o regime via a crise no seio da FRELIMO, bastante acentuada desde Março de 1968, como o prelúdio da sua eliminação.<sup>71</sup>

Entretanto, as leituras da situação diferenciavam-se também dentro das autoridades portuguesas. Do lado da cúpula militar, por exemplo, o general Costa Gomes, comandante da região militar de Moçambique entre Setembro de 1965 e Junho de 1969, defendia não existir uma subversão em Moçambique mas sim, uma guerra revolucionária de nível mundial, em que um dos objectivos era a África Austral.<sup>72</sup>

Baltazar Rebello de Sousa, recém-nomeado governador geral de Moçambique no mesmo período, anuncia a sua intenção de reforçar o poder estatal com base numa política social mais aberta, no reforço da estrutura das forças armadas e serviços da PIDE. Reactivou o movimento nacional feminino, "as madrinhas de guerra", ao mesmo tempo que activou uma campanha de propaganda à volta da integração de Nkavandame, Murrupa e outros desertores da Frelimo, na campanha da psico-social. Rebello de Sousa alargou a rede da PIDE em Moçambique, e conseguiu introduzir modificações na estrutura das forças armadas que passaram a ser compostas pelo Comando-Chefe, o Comando Militar, o Comando Aéreo e o Comando naval, as forças de guarnição normal e forças de reforço. O general Augusto Santos, foi substituído por por general Kaulza de Arriaga em Junho de 1969, vindo este último tomar posse do

---

<sup>71</sup> Brito, *op. cit.*:181.

<sup>72</sup> Esta visão de Costa Gomes era no mínimo mais avançada que a dos dirigentes políticos

comando-chefe em Março de 1970, preparando de seguida uma das maiores operações do exército português na guerra colonial, a operação "Nó Górdio".<sup>73</sup>

Com esta operação, Kaúlza pretendia de um só golpe e de uma vez por todas, acabar com aquilo a que chamava de guerra subversiva. Para o efeito contava com os dados facultados por Nkavandame e outros desertores, sobre a localização das bases da FRELIMO, seu estado operacional e de abastecimento material. Só para a operação Nó Górdio foram preparados 18 mil soldados para acção e outros 17 mil de prevenção, devendo estes, substituir os primeiros assim que eles tivessem actuado como forças de choque e de ocupação das bases; foram reunidas 15 mil toneladas de bombas, munições e outro material e agruparam-se 20 bombardeiros e numerosos helicópteros.<sup>74</sup>

Os danos humanos e materiais causados à FRELIMO por esta operação foram enormes; mas as FPLM organizaram uma contra-ofensiva que obrigou o inimigo a defender-se, expulsando-o não só das zonas libertadas mas também de muitos dos aquartelamentos que até então ocupava. Usando os princípios da guerrilha, passou-se à contra-ofensiva em Cabo Delgado e lançou-se uma ofensiva em Niassa e Tete, fez com que, no cômputo geral, a operação Nó Górdio se revelasse uma derrota estratégica das tropas coloniais, que a partir de 1971 passaram à defensiva, tendo perdido por completo o controlo da guerra, apesar dos discursos triunfalistas do general Kaúlza de Arriaga.<sup>75</sup>

Com efeito, a resposta estratégica da FRELIMO à operação Nó Górdio foi Tete, e constituiu em: atravessar o rio Zambeze, operar a sul desta grande barreira natural, e preparar a abertura da frente de Manica e Sofala. Isto obrigou o exército colonial a ter que realizar a operação "Minerva" fora das suas previsões, utilizando os 17,000 soldados que constituíam a reserva da operação Nó Górdio e mais 3,000 outros já estacionados, com o objectivo de impedir que os guerrilheiros chegassem perto da barragem e transpusessem o Zambeze para o sul. Simultaneamente, e utilizando as localidades de Vila Coutinho, Moatize e Mutarara, criou

---

<sup>73</sup> Brito, *op.cit*:183.

<sup>74</sup> Brito, *op.cit*:194,197.

<sup>75</sup> Sebastião Mabote, entrevista no dia 19.11.95.

também a chamada zona-tampão de Tete, para impedir a passagem dos guerrilheiros para sul do Zambeze.<sup>76</sup>

Na verdade, uma das grandes vertentes da concepção de guerra popular defendida pela FRELIMO, e que foi decisiva para o avanço da luta armada em direcção ao sul do Save, foi a definição do alvo, do momento e da oportunidade da confrontação com as forças coloniais. Para uma ilustração, bastaria referir que a FRELIMO jamais pretendeu impedir a Barragem de Cahora Bassa que, a termo, servia o interesse nacional de criação duma importante base económica. Todavia, para efeitos estratégicos, a FRELIMO definiu publicamente a barragem como alvo, iludindo o exército colonial e forçando-o a imobilizar meios e efectivos significativos, criando a chamada zona operacional de Tete (ZOT). Com efeito, sem a neutralização dos meios humanos e materiais da ZOT, dificilmente a FRELIMO teria estendido as suas acções até aos confins do Save.<sup>77</sup>

Como que a testemunhar a justeza deste ponto de vista, bastaria recordar que, apesar de todos os esforços do exército colonial para o impedir, em 25 de Julho de 1972 as FPLM abriram a frente de Manica e Sofala. Em Dezembro do mesmo ano, a V sessão do CC decidiu lançar a palavra de ordem ofensiva generalizada em todas as frentes. Na sequência desta exortação, todas as frentes passaram a acções ofensivas resolutas não só no campo militar como também nos campos político e ideológico. Durante o ano de 1973 foram criados comités de partido nas FPLM, estruturas que iriam transitar para o futuro exército regular, como garante da direcção do partido sobre as forças armadas, e que também serviam de dinamizadora espiritual da força imaterial dos combatentes das FPLM.<sup>78</sup>

O que pudémos verificar, permite-nos arriscar uma sistematização da evolução da organização e estrutura das FPLM até à independência, considerando factores de ordem político/estratégica e militar que devem ser vistos como hipóteses a confirmar pelas investigações ulteriores em busca de uma cronologia. A baliza teria o período desde o I

---

<sup>76</sup> Brito, *op. cit.*:220, 222, 223.

<sup>77</sup> S.Vieira, entrevista citada. Esta posição é de difícil avaliação, visto que, a estratégia global da FRELIMO, era definida a um nível bastante restrito.

<sup>78</sup> Mabote, na mesma entrevista.

congresso da FRELIMO até ao desencadeamento da luta armada, em 25 de Setembro de 1964, como o período inicial. Teríamos um segundo período de 25 de Setembro de 1964 até a morte de Filipe Samuel Magaia em 10 de Outubro de 1966. O terceiro seria o período de Outubro de 1966 até ao II congresso em Julho de 1968. O quarto, do II congresso até a eleição de Samora Machel, em Maio de 1970. O quinto, seria de Maio de 70 até à V sessão do CC, em Dezembro de 1972. O último prolongar-se-ia até à assinatura do acordo de cessar fogo em 7 de Setembro de 1974.

O primeiro período, de 1962 - Setembro de 1964, é um período de primeiros passos organizacionais, treino dos primeiros quadros militares no exterior, criação dos campos de Bagamoyo e Kongwa, conceptualização da estratégia e tática e preparação do início da luta armada.

O segundo, de Setembro de 1964 - Outubro de 1966, corresponde ao desencadeamento da luta armada, à criação do campo de Nachingwea, aos reveses iniciais, ao surgimento das zonas libertadas, ao primeiro curso de quadros de comando em Nachingwea, às divergências em torno dos objectivos da luta, e ao assassinato de Filipe Magaia.

O terceiro, de Outubro de 1966 - Julho de 68, tem como marcos principais o desmembramento do departamento de defesa e segurança em DD e DS, a luta entre as duas linhas no seio da FRELIMO, a reabertura da frente de Tete em Março de 1968, o primeiro curso de oficiais do estado maior em Nachingwea, o ataque aos escritórios da FRELIMO e morte de Muthemba, o II congresso e a tese da guerra popular prolongada.

No quarto, de Julho de 1968 - Maio de 1970, ocorrem as resoluções do II congresso, a acção dos chairmen, os assassinatos de Kankomba e do presidente Mondlane, a deserção de Nkavandame e outros, o colégio presidencial, a expulsão de Simango e eleição de Samora e Marcelino para a presidência da FRELIMO.

O quinto, de Maio de 1970 - Dezembro de 1972, é o período da ofensiva *Nó Górdio*, operações Fronteira, Minerva e Zona-tampão; da retirada estratégica, da batalha pela travessia do Zambeze, da abertura da frente de Manica e Sofala, dos ataques regulares contra alvos em Cabo Delgado e Tete e da V sessão do CC.

No sexto e último período, de Dezembro de 1972 - 7 de Setembro de 1974, são grandes marcos as decisões da V sessão do CC, as acções semi-regulares contra dispositivos militares

nas frentes de Cabo Delgado e Tete, a reabertura da frente da Zambézia, o golpe de 25 de Abril em Portugal, o colapso militar colonial e as negociações e os acordos de Lusaka.

Esta tentativa de sistematização mostra que as FPLM conhecem uma primeira fase em que a pirâmide terminava no DSD, conhecendo uma organização bastante irregular e flexível para assegurar a coordenação dos pequenos focos de guerrilha que agiam em acções isoladas, sem uma rede de logística e coordenação visualizável, em suma, uma fase de autêntica guerra de guerrilha que contempla a preparação, treino e infiltração dos primeiros guerrilheiros, preparação e desencadeamento da guerra de libertação, a questão em volta das divisões e diferenças que ocorreram quanto à natureza e carácter da guerra, definição do inimigo e escolha da estratégia e tática adequadas às reais circunstâncias do terreno, do inimigo e capacidade de mobilização de apoios logístico materiais. É um período bastante conturbado, marcado pelo início duma guerra tecnicamente não muito perspectivada que se pretendia que decorresse em todo o território nacional, sendo os reveses iniciais a forja dos combatentes nas batalhas iniciais, que determinam as correcções que depois se fazem em toda a estrutura e asseguram o salto qualitativo para a fase seguinte.

A segunda fase abrange o processo da separação do departamento de defesa e segurança em DD e DS, em Outubro de 1966, a estruturação interna do DD em secções nacionais, o desdobramento do DD pelas províncias, o desdobramento da linha de bases sectoriais, de destacamento, base central ou provincial, a consolidação dessa organização com a realização do II congresso da FRELIMO em Julho de 1968, e sucessivas sessões do CC destacando-se como grandes realizações a reabertura da frente de Tete e passagem à adopção da guerra de movimento, as acções de contraposição à ofensiva "Nó-Górdio", a batalha pela travessia do Zambeze, a abertura da frente de Manica e Sofala em 1972/3, o reinício das acções na Zambézia em Janeiro de 1974, as acções consideradas semi-regulares contra Mueda, Chingodzi e Nametil até a integração da Comissão Militar Mista para recepção das infra-estruturas da máquina militar colonial.

Na superação da crise surgida dentro das FPLM com o assassinato de Filipe Magaia, foi decisiva a organização a partir de meados de 1966 e em 1968, em Nachingweia, de cursos de quadros de comando e de estado maior, que tinham em vista associar a guerra de guerrilha com a guerra de movimento e semi-regular, em que participaram desde o presidente Samora,

Chipande e outros destacados comandantes da guerrilha. Ministrados por instrutores chineses, os cursos também tiveram o mérito de ultrapassar diferenças de estratégia e tática. Na opinião de Chipande, Mabote, estes cursos tiveram um grande impacto na melhoria da qualidade de comando e direcção das tropas, e forneceram alternativas para o preenchimento de lacunas e brechas causadas pela acção de subversão interna e assassinatos perpetrados pelo exército colonial, sobretudo depois de 1972.

Para a comissão militar mista criada na sequência dos acordos de Lusaka, as FPLM traziam uma experiência bastante rica de organização e direcção de forças guerrilheiras, mas quase nenhuma de exército regular; alguns quadros foram enviados para cursos de comando de tropas regulares nos princípios de 1974, mas que não terminaram a formação devido ao súbito fim da guerra, pois tiveram que interromper os estudos para vir integrar o governo de transição.<sup>79</sup>

Em conclusão, a FRELIMO, com cerca de 10,000 guerrilheiros que compunham as FPLM, foi surpreendida pela repentina mudança de situação e, teve que se confrontar com a questão de substituir militarmente a tropa colonial portuguesa no controlo militar do país. Deste número, grande parte teve que ser desmobilizada por não reunir condições para continuar nas fileiras do exército. Foi no entusiasmo de 1974/5, na ampla mobilização de jovens, particularmente das regiões pouco afectadas pela guerra, que a FRELIMO encontrou refrescamento em termos de efectivos para a gigantesca tarefa de edificação do novo exército regular, das demais forças de segurança do país recém-libertado.<sup>80</sup>

---

<sup>79</sup> Chipande, fala do grupo de Armando Guebuza e outros, enviado para a URSS para frequentar Academia Militar em 1974, do grupo que devia ir frequentar Academia Naval e outras instituições orientadas a dar uma formação para comando de tropas regulares.

<sup>80</sup> Focas Assikulava, combatente das FPLM desde a primeira hora afirma ter havido directiva específica da direcção da Frelimo, para se intensificar o recrutamento de jovens das regiões não afectadas pela guerra de libertação, com vista a balancear a composição de algumas subunidades que, eram predominantemente, constituídas por elementos das regiões nortenhas do país, isto durante o período da transição.

## 2 - A Transformação das FPLM em Exército Regular - FAM/FPLM (1974 - 1977)

### 2.1. O contexto geopolítico e estratégico prevalecente em -1974-1975

Moçambique, por ter sido forçado a enveredar pela descolonização por via armada,<sup>81</sup> teve que resolver a tarefa de conquista da soberania e independência, criação de uma defesa nacional com a sua componente militar - as forças armadas, na base do braço armado do movimento de libertação nacional FRELIMO - as Forças Populares de Libertação de Moçambique (FPLM).

Estas forças, incorporavam consigo valores diversificados, experiências multifacetadas, um orgulho ímpar em resultado da sua activa participação e envolvimento no combate armado pela conquista da soberania nacional. Pela natureza do seu surgimento, uma das principais características dessas forças armadas é a sua legitimação histórica decorrente da sua missão emancipadora. Esta particularidade vai fazer com que, no processo da sua transformação em exército regular, os aspectos metodológicos e teóricos ligados com a estruturação, concepção e endoutrinamento das novas forças, sejam profundamente marcados pelas tradições das forças guerrilheiras progenitoras.

Parece importante referir que a FRELIMO considerava as FPLM fiéis depositárias dos seus ideais, a forja do homem novo. Por essa razão, ainda durante o governo de transição os quadros que cometessem infracções, ou, como era considerado na altura, violações à linha política, eram desafectados das suas funções e “devolvidos” às FPLM; caso os infractores fossem membros da direcção das FPLM, eram imediatamente desafectados das fileiras. Nestes dois actos, pode ver-se a percepção de que nas FPLM residia a força correctora, para além do cuidado em preservar estas forças libertas de elementos considerados impuros. Isto parece ser indicador forte do papel e lugar que a

---

<sup>81</sup> Sobre a necessidade da luta armada, ver Mondlane (1995): 102-103. Esta necessidade data da própria política colonial do regime de Salazar e do Acto Colonial de 1930, iria manter-se inflexível até à queda de Salazar. As colónias são tidas como a base da virilidade da metrópole face à ameaça castelhana, metrópole e colónias são indissolúveis”. segundo Fernando Rosas, na sua palestra de 1 de Novembro de 1996 em Maputo, sobre a política colonial do Estado Novo.

FRELIMO destinava às FPLM como seu braço armado na prossecução dos seus objectivos, como viveiro da sua ideologia.

Esta dimensão do papel das FPLM no conjunto do xadrez da FRELIMO, permite-nos perceber porque as forças a ela hostis nunca viriam a descansar sem que conseguissem a sua destruição e extinção.<sup>82</sup>

Entretanto, para os propósitos do nosso trabalho é de grande utilidade determo-nos nos factores externos e internos que constituíram o binómio que envolveu e influenciou o ambiente em que decorreu o processo de criação do exército regular moçambicano, que viria a tomar a designação de Forças Armadas de Moçambique (FAM) e, em memória das referidas forças progenitoras, acabaria por usar a sigla FAM/FPLM.

Os observadores do processo moçambicano dividem-se quanto à avaliação da forma como foi erigida a defesa de Moçambique, aquando da independência. Para muitos, houve uma transformação dos guerrilheiros em exército regular; entretanto, outros sustentam que seja pouco crível que isso tenha ocorrido, preferindo falar de um processo genuíno de criação de um exército regular na base dos quadros provenientes das forças guerrilheiras.

Nós preferiríamos falar da ocorrência de um processo misto, tão complexo quão complicado que era o momento em que se verificou. Não obstante, havia que resolver o mesmo problema de sempre, e que se inscreve naquilo que muitos consideram ser o papel universal e perene das forças armadas: dissuadir agressões, defender a pátria e garantir a lei e a ordem.<sup>83</sup> A primeira constituição da República Popular de Moçambique, fixava essas mesmas tarefas para as FPLM.<sup>84</sup>

---

<sup>82</sup> Pessoalmente presenciei um interesse particular dos monitores do processo de paz moçambicano em certificar-se da total identificação, registo e destruição das principais unidades das FPLM, mais parecendo que o sucesso de todo o processo estava dependente da extinção destas.

<sup>83</sup> Macedo Carvalho, Luiz Paulo, (1995) "O papel das forças armadas no século XXI", *Military Review*, Kansas:42

<sup>84</sup> O artigo 5 da primeira constituição da República Popular de Moçambique, estabelece exactamente estas tarefas para as FPLM



Porque, em princípio, o papel das forças armadas deve ser coerente com os anseios e fins do Estado e da própria sociedade, ele depende da forma como elas ficam institucionalizadas, seu destino constitucional e suas finalidades. As forças armadas são função do regime e da época vividos pela nação; o seu destino varia com as flutuações políticas do país. Porém, quando um povo atinge o estágio cultural de Nação e organiza o Estado, como aconteceu com Moçambique em 1975, esse Estado tem como atributo essencial de soberania. Dentro deste prisma, a defesa da pátria vai significar integrar e proteger o território nacional e suas instituições. Este parece ser o pressuposto básico pois, mesmo que a constituição não desse tal destinação, dificilmente a sociedade aceitaria que as forças armadas se mantivessem impassíveis e neutras diante do caos e da desordem, de ameaça à segurança nacional.

Dentro deste esquema de pensamento, podemos procurar ver também qual a destinação que as autoridades moçambicanas procuraram dar às FPLM, mas e sobretudo quais foram as fontes do seu financiamento e criação. Por outras palavras, isto equivale a procurar identificar quais os factores que intervieram na edificação da defesa moçambicana.

A tentativa de nos debruçarmos sobre esses factores conduz-nos, implícita e logicamente, a uma avaliação da situação geopolítica e geoestratégica que caracterizou o cenário e conjuntura daquele período, baseada nos cenários internacional, regional e nacional daquela altura..

Certamente, os factores intervenientes foram vários, mas para efeitos desta análise parece-nos importante referir os que foram preponderantes para o desenho político do Moçambique independente, sendo de destacar, dentre vários, o impacto da guerra fria, a política de engajamento construtivo da administração Reagan, a postura dos regimes racista do *apartheid* e minoritário da Rodésia, os aspectos decorrentes da política interna e externa da FRELIMO, particularmente a via de desenvolvimento escolhida, o cometimento com as causas sul-africana e zimbabweana, e o conceito de segurança dominante na altura. Necessariamente teremos que nos deter também nos aspectos que caracterizaram a descolonização em si.

A descolonização das ex-colónias portuguesas ocorreu num xadrez político, social, económico e militar profundamente mergulhado e influenciado pela guerra fria, que entretanto agitava o mundo como um todo. Os dois blocos em confronto, conseguiam manter o clima de “paz morna em guerra fria”, utilizando as divisões ideológicas como criadoras de espaços de escape e freio, que iam entretendo os estrategas militares, evitando assim, durante mais de quarenta anos, que a guerra fria se transformasse em terceira guerra mundial.

Ao alcançar a independência e proclamar a república, Moçambique teve que responder de imediato a questões tão fulcrais como: erguer uma defesa de que tipo e para quê? com que forças e meios? e, finalmente, defender-se de quem? A resposta a estas questões, obrigatória para a edificação do sistema nacional de defesa, não foi dada e talvez nem pudesse ter sido dada sem ter em conta as circunstâncias envolventes que acima enumerámos, que nós pareceram as preponderantes.

Foi sem dúvida a bipolaridade, “a configuração da relação de forças na qual a maior parte das unidades políticas se agrupou em torno de duas dentre elas, cuja força superava a das demais”, usando a definição bastante feliz várias vezes utilizada por Raymond Aron, que passou a deter o comando e controlo dos eventos daquele período. Destacamos a bipolaridade porque entendemos que foi no posicionamento quanto à guerra fria que se encontrou a resposta à questão da libertação e construção da defesa de Moçambique. Foi no quadro da guerra fria que se resolveu a questão do equipamento, organização e técnica de combate, aprendizagem e treino das forças para Moçambique, e a própria arte de direcção ou condução da guerra.

Olhando para o posicionamento das duas superpotências, encontramos que os EUA, pedra chave de um dos blocos do mundo bipolar, reservou-se e desempenhou um papel importante na defesa do império colonial português. À margem do acordo dos Açores de 1951, Portugal viria a conseguir aquilo que nunca conseguira dentro da Nato quando, segundo Antunes, os EUA, em nota secreta, se comprometem a consentir que Portugal

transferisse parte do equipamento militar por eles fornecido para ser usado nas colónias.<sup>85</sup>

Os EUA, movidos pela necessidade de cooperar com Portugal devido ao referido compromisso do acesso aos Açores e à prioridade atribuída aos laços com a Europa, acabaram por possibilitar ao regime colonial português o uso do seu armamento na guerra colonial, o que concorreu em grande parte para o alinhamento dos movimentos de libertação com o outro bloco da bipolaridade, que encontrava neles identidade de objectivos. Uma vez chegados ao poder, era de esperar que esses movimentos se mantivessem fiéis ao bloco que os ajudara realizar o seu programa. Podemos pois dizer que as guerras coloniais ganharam um contorno ideológico e assumiram-se como novo teatro da guerra fria que viria a prolongar a sua influência no período pós-guerra.

No quadro dessa confrontação ideológica, Washington concentrava o seu esforço na luta contra a suposta ameaça comunista. Devido a esta postura em relação à África, para os EUA o colonialismo português, os seus aliados da Rodésia racista e África do Sul, eram vistos como ameaças somente se estivessem a provocar um radicalismo revolucionário que pudesse ser aproveitado para a penetração comunista.<sup>86</sup>

O golpe de estado em Portugal, a 25 de Abril de 1974, ocorreu numa altura em que, ao nível internacional, os EUA actuavam na senda das recomendações sugeridas pelo então Secretário de Estado Henry Kissinger, aprovadas pela administração Nixon em Janeiro de 1970. Segundo tais recomendações, os EUA passaram a relaxar o embargo sobre a ajuda em armamento a Portugal, que havia sido determinado no voto das Nações Unidas de Março de 1961, surgido como resultado da forte pressão de liberais dentro da administração de Kennedy.<sup>87</sup> Com efeito, desde Junho de 1961 que os EUA adoptaram uma posição de aproximação seguida de um abrandamento da crítica ao

---

<sup>85</sup> Antunes, J.F., (1991) *Os americanos e Portugal 1961: Kennedy e Salazar: o leão e a raposa*, Lisboa: 32

<sup>86</sup> Minter, W., (1994) *Apartheid's Contras : An inquiry into the roots of war in Angola and Mozambique*, Johannesburg:143

<sup>87</sup> Minter, *op.cit*:143-144

regime de Portugal. Neste desenrolar dos acontecimentos, a necessidade de acesso à base aérea e naval dos Açores e a priorização dos laços com a Europa passaram a ter maior peso no posicionamento americano quanto ao regime português. Esta postura manteve-se desde esse tempo até à ocorrência do golpe de 25 de Abril, que ocorreu fora da expectativa de Washington, que até então vinha fornecendo armamento ao regime português numa atitude que denotava uma total crença na eternidade dessa dominação colonial.

De facto, a queda do regime fascista português a 25 de Abril de 1974, representou não só o fim de quase cinquenta anos de ditadura em Portugal, mas o fim duma era de colonialismo, com a primeira e última potência colonial europeia a ser retirada de África, pondo fim a cerca de meio milénio de imperialismo. Segundo Sparks,<sup>88</sup> para o Ocidente e, particularmente para os EUA, foi um momento de choque e consternação.

O golpe de 25 de Abril, mostrou em particular, que todos os fundamentos da política de Washington para com a África Austral, se revelavam estar assentes em bases erradas. Com efeito, cinco anos antes deste evento, o então conselheiro do presidente Nixon para a segurança nacional Henry Kissinger, havia levado a cabo uma revisão de política que levava à conclusão de não se vislumbrar para um futuro previsível qualquer retirada do poder dos regimes brancos na África Austral, pois que, os movimentos de libertação negros eram muito frágeis e desorganizados e os efeitos das sanções não eram perturbadores dos regimes rodesiano, sul-africano e colonial português em África. Embora não fosse esta a primeira ocasião em que se cometia uma colossal falha de leitura dos acontecimentos por miopia racial, a verdade é que com este fracasso os EUA e o Ocidente abriram, eles próprios, em consequência, as portas para a penetração da acção do bloco soviético nesta região.

Com efeito, os movimentos de libertação que ascenderam ao poder com a queda do regime colonial não tiveram rodeios em condenar e isolar-se daqueles que agiam em conivência total com os regimes que os oprimiam, tomando de imediato um posicionamento que significou o alinhamento no quadro da bipolaridade.

---

<sup>88</sup> Sparks, A., (1991) *The Mind of South Africa*, London: 299-300

Pode se argumentar hoje que também estes países sobrestimaram aquilo que seria o apoio do Leste e, conseqüentemente, optaram por políticas demasiado ousadas, sem reais garantias de uma retaguarda à altura dos desafios. Porém, na altura esta parecia a escolha, entre os que apoiavam a sua libertação e os que acreditavam na perenidade da dominação branca.

Para o caso moçambicano, embora a FRELIMO desde Mondlane tenha feito um considerável esforço para também granjear simpatias nos EUA, o que até certo ponto surtiu algum efeito, a verdade porém é que a ajuda substancial para a luta moçambicana proveio de países africanos, da China Popular, da URSS e dos Países Nórdicos. Esta realidade é, por sua vez, fundamental para explicar em parte a postura da FRELIMO no período pós-independência, que encarava a China, a URSS e outros que haviam dado significativo apoio à luta de libertação como seus aliados naturais e adoptava uma atitude reservada para com os EUA e todos os que se posicionaram do lado do exército colonial.<sup>89</sup>

Sem pretender mergulhar no complexo problema das motivações da guerra fria, vemos utilidade na nossa análise atender ao facto de, em virtude da sua acção globalizante, as grandes opções dos países na década 70 estarem subordinadas ao confronto ideológico das superpotências. No quadro da guerra fria, pelas razões acima expostas, estava predeterminada a filiação de Moçambique no bloco do Leste; era quase que impossível abandonar o lado que se manteve firme do lado da sua causa.

Por outro lado, importa referir que a independência de Moçambique foi proclamada numa altura em que a conjuntura política internacional permitia aos novos Estados escolher estratégias de desenvolvimento não-capitalista, uma posição amparada por Moscovo.<sup>90</sup> A correlação de forças pendia a favor da causa de liberdade, particularmente, a revolução parecia ser o rumo único e certo para os países recém-libertados como Moçambique.

---

<sup>89</sup> Sparks, *loc.cit.*

<sup>90</sup> Nilsson, Abrahamsson *op.cit.*:31

Apesar de Portugal ter tido um valor estratégico para a Nato devido aos Açores, que eram importantes como elo de controlo do Atlântico Sul Oriental, e de a presença portuguesa em Moçambique e Angola, ao lado dos regimes sul-africano e rodesiano constituírem uma garantia de que as rotas de petróleo do Golfo Pérsico para os EUA e Europa não seriam perturbadas a partir do continente africano, uma crescente crítica ao regime de Portugal era notória, por se considerar que este regime era uma reminiscência de uma época passada.<sup>91</sup>

Os EUA, depois da sua derrota no Vietname, momentaneamente optaram por uma política não intervencionista, que aliás caracterizou os primeiros anos da administração do presidente Carter.

O conjunto destas situações, fazia parecer que a África Austral, com a libertação de Moçambique e Angola, representava o baluarte de onde a URSS e seus aliados se preparavam-se para abalar os seus oponentes, liquidar o último reduto do Ocidente (os regimes rodesianos e sul-africanos), alterando assim a correlação de forças a favor do Leste.

A URSS e seus aliados, encontraram a sua chance de jogar a sua carta nesta região do continente africano. A jeito do recomendado pela estratégia, ante a crise que se abate sobre os americanos após o desaire do Vietname, os soviéticos procuram alargar a esfera de sua influência. Embora pareça ter sido assunto sem muito consenso no seio da direcção soviética, Breznev iniciou uma ofensiva apoiada na teoria da admissão duma via de desenvolvimento não-capitalista para os países recém-libertados, começando a falar em países de orientação socialista.

Com a criação deste novo grupo de países, estava encontrado o argumento para justificar os investimentos nestes países sob o argumento da defesa do lançamento das bases para a construção do socialismo nesses países, sem mesmo terem passado pelo capitalismo. Estava encontrada a justificação para as acções em Moçambique, Angola, Guiné-Bissau, Guiné Conacry, Somália, Etiópia, Congo, etc. Estava, assim, instalada a

---

<sup>91</sup> Nilsson, Abrahamsson, *loc.cit*

guerra fria também em África. Por esta via, Moçambique encontrou a abertura para a aquisição do material bélico da URSS e de outros países do pacto de Varsóvia.

Um outro factor de capital importância para a apreensão da complexidade da situação prevalecente no momento da transição para a independência de Moçambique é o posicionamento estratégico do gigante regional, a África do Sul. É preciso começar por entender que, imediatamente após a conclusão da formação do regime sul-africano como entidade estatal racista com a proclamação da república em Maio de 1961, e porque o movimento libertador se aproximava do norte para as fronteiras da África do Sul, estimulando a luta contra o *apartheid*, o objectivo primordial do regime consistia em tudo fazer para assegurar as condições da sua própria sobrevivência.

Nesta conformidade, o governo de H. Verwoerd definiu como sua perspectiva o incremento do poder militar do seu regime e criação, a sul do continente, de uma constelação de Estados associados e vassalos, uma espécie de “cordão sanitário” que serviria de tampão isolador para que a revolução africana não atingisse a RAS.<sup>92</sup>

A prossecução deste objectivo, passou desde então a guiar a acção do regime sul-africano, que se lançou então no apoio directo ao colonialismo português e aos racistas rodesianos. Gradualmente, e sobretudo com a proclamação da independência unilateral por Smith na Rodésia do Sul em Novembro de 1965, parecia que o plano estava progredindo. Para que o plano fosse consistente e o cordão sanitário estivesse consolidado a RAS esforçava-se por controlar os protectorados vizinhos, como, a Bechuanalândia, a Basutolândia e a Suazilândia. A insistência de controlo sobre esses protectorados manteve-se até finais de 1963, mais tarde tendo-se optado por utilizar métodos neocoloniais para a sua subordinação, o que aliás veio a ser feito em relação ao Malawi e a Zâmbia. Esta posição viria a manter-se mesmo com o surgimento de Estados independentes da região austral, pois os sucessivos dirigentes do regime sul-africano tudo viriam a fazer para que a situação se mantivesse.

John Vorster, no poder em substituição de Verwoerd que fora assassinado em 1966, surgiu com uma política que ficou com a designação de “novo rumo”, que pretendia

---

<sup>92</sup> Urnov, A., (1988) *África do Sul contra África (1966-1986)* Moscovo:10

claramente, continuar a tendência já iniciada e consolidar o cordão sanitário já formado.<sup>93</sup> Esta situação parecia consolidada pela declaração de Ian Smith e pelo alastrar de uma forma algo lenta das lutas de libertação nacional em Angola e Moçambique.

Por outro lado, a esta situação, muito concorria também a divergência de estratégias e táticas dos regimes fricanos independentes para com a RAS. Para elucidar este aspecto basta, referir que a violação ao boicote económico e comercial à RAS por parte de vários países, a falta de cumprimento da decisão da OUA sobre a ruptura das relações diplomáticas com a Inglaterra em função da sua política inconsequente no problema rodesiano, tudo isto testemunha a insuficiente preparação da África independente para contrapor acções firmes e consequentes contra os desígnios de Pretória.

Um pouco estimulada pela queda de N'krumah e pela agressão israelita contra os países árabes sem condenação substantiva, a RAS optou livremente pela utilização de métodos neocolonialistas de penetração e subjugação económica, política e ideológica dos países independentes. Tudo parecia jogar favoravelmente para que o regime racista sul-africano, encontrasse aliciantes perspectivas de atrair para a sua órbita os países africanos livres, carentes de capitais e indústria. Os interesses económicos portanto, pareciam justificar as opções do "novo rumo".

Mas a opção novo rumo, que assentava no princípio da improbabilidade de queda dos regimes brancos na África Austral, era também justificada pelo carácter das relações económicas e comerciais entre a RAS e o Ocidente. Eram essas relações, que consistiam num manto que encobria a acção sul africana. O Ocidente recomendava e encorajava a RAS nas suas acções. Isto partia dum pressuposto que, uma vez que os regimes coloniais e racistas eram suficientemente resistentes, excluindo-se a hipótese de transformações radicais na região austral de África, o que se devia fazer era atenuar a confrontação entre a OUA e estes regimes. A RAS, segundo o Ocidente, não deveria ser submetida ao ostracismo, o seu território deveria ser aberto às influências civilizadoras do mundo exterior, aos contactos e exemplos. Assim se exprimiam os

---

<sup>93</sup> Urnov, *loc.cit.*



governantes da Inglaterra, dos EUA, da França, etc. Assim defendia o célebre memorando nº 39, no qual foi traçada a política da Administração de R. Nixon.

O programa contido num memorando sobre a África Austral, dizia entre outras coisas, o seguinte: “tomamos medidas diplomáticas para convencer os Estados negros da área de que... a única esperança para um futuro pacífico e próspero só pode assentar em relações mais estreitas com os países de dominação branca”.<sup>94</sup> Com esta luz verde do Ocidente, a RAS julgava-se o soberano da região, quem deveria ditar a postura de todos os seus vizinhos.

Explorando ao máximo os efeitos da cobertura do Ocidente, a RAS, a partir de 1968 mudou a designação da política “novo rumo”, passando a designá-la por política para o exterior. Tratava-se da mesma política com um novo rótulo. Aparecia maior enfatizada a necessidade de estabelecimento de contactos regulares com estados negros do continente. Não obstante, a continuidade da política sul-africana era bem definida pelo próprio regime quando dizia que os princípios e os objectivos da sua política externa eram invariáveis, sendo apenas os métodos e a estratégia que dependiam do evoluir das circunstâncias.

Isto significa que, mesmo quando Vorster se mostrava disposto a assumir um compromisso de estabelecer relações amistosas com os países recém libertados, sem “desejo de se imiscuir nos seus assuntos internos e impor uma linha de conduta”, apenas o fazia porque a RAS segundo ele, tinha uma responsabilidade especial perante toda a África que a incitava a prestar assistência e compartilhar com os países africanos, a sua experiência e conhecimentos tecnológicos.

No espírito deste pressuposto, uma vasta gama de medidas tendentes a ampliar as relações económicas da RAS com os países africanos foi accionada, visando a nosso ver, única e exclusivamente, amarrar em torno de si, económica e politicamente, o maior grupo possível de Estados independentes. Quer dizer, a essência da política sul-africana no continente não tinha mudado e visava, como sempre, assegurar as condições de existência do regime racista e impedir ou obstruir o cumprimento das decisões da OUA

---

<sup>94</sup> Urnov, *op. cit.*:16-17

relativamente a libertação da África. Concomitantemente, tudo deveria ser feito para desenvolver e reforçar as tendências para a colaboração, o compromisso e a capitulação perante a África do Sul racista. Esta viria a ser a alma de toda a doutrina subsequente do *apartheid* para com os países africanos, particularmente os da região austral.

Nesta conformidade, foi estipulado um fundo de assistência cujos empréstimos apenas serviam para beneficiar os países que demonstrassem abertura para com a RAS. Em Setembro de 1970 foi desenhada a estratégia de concluir acordos de não-agressão com países africanos, tudo concorrendo para a neutralização do movimento de libertação. “Acaso não é no interesse da RAS ter boas relações com a Zâmbia e outros vizinhos, para poder parar a afluência de terroristas em direcção às suas fronteiras?” assim interrogava-se Vorster.<sup>95</sup> Para de seguida avisar: “se a condição para a cooperação (com outros países) é tal que a RAS deve deixar a sua política de desenvolvimento em separado, não estamos preparados para isso”.

Era dessa forma claro para Vorster que, segundo suas palavras de novo, “duas coisas a RAS não podia tolerar. A primeira, era a dominação comunista na África Austral... A segunda era que a RAS nunca abdicaria do combate ao chamado terrorismo... não só no seu território mas, também, em qualquer outro país de África sempre que o respectivo governo solicitasse a sua ajuda”.<sup>96</sup>

No quadro desta linha de pensamento, Pretória acusava todos os oponentes ao *apartheid* de envolvimento em actividades “comunistas”, “terroristas”; sendo por isso que P. Botha, então ministro da defesa e mais tarde presidente da RAS, chegou a qualificar o movimento contra o *apartheid* como “ofensiva comunista apontada contra a estabilidade, a segurança e o progresso”. Esta classificação simples permitia ao regime sul-africano, atribuir a qualquer país africano que se recusasse abdicar do *anti-apartheid* a categoria de Estado intolerável, reservando-se o direito de destruí-lo.

Foi assim que Vorster e o seu ministro da defesa Pieter Botha, inspirados pela invasão israelita que precedeu a guerra dos seis dias contra os Estados árabes em 1967, a

---

<sup>95</sup> Urnov, *op.cit*:21-22.

<sup>96</sup> *Ibidem*:24

partir de Setembro de 1970, tornaram pública a intenção da RAS de transferir as operações militares contra os guerrilheiros directamente para os seus países de origem. Com a complacência do Ocidente, especialmente da França, entre 1966 a 1973 a RAS tanto se militarizou que as suas despesas militares nesse período totalizaram cerca de 2,557 mil milhões de randes, liderando em termos de envergadura de orçamento militar os países ao sul do Sahara. Em Outubro de 1972, P.Botha declarava que as forças armadas sul-africanas já dispunham de “capacidades ofensivas” suficientes.<sup>97</sup>

Para Vorster, as independências foram uma “tremenda injustiça” que foi feita a África, por terem dado aos países subdesenvolvidos um estatuto que não condizia com a sua situação real. E Botha acrescentava: “quando o controlo está com o homem branco, há ordem(...)”<sup>98</sup>

Utilizando o anticomunismo e a interdependência económica, o que coincidia com os objectivos globais do Ocidente, utilizando a subjugação económica, a conservação do atraso, a imposição de vias de desenvolvimento, procurava desenhar-se uma terceira África liderada pela RAS, cujas fronteiras iam desde a montanha de Mesa (perto da Cidade do Cabo), até às margens do rio Congo. Nesta vasta zona sublinhava-se que a África Austral, era um todo geográfico indivisível que incluía, além da RAS e da Namíbia, a Rodésia do Sul, Angola, Moçambique, o Lesotho, o Botswana, a Swazilândia, o Malawi e a Zâmbia (sendo esta excluída por força da sua política).<sup>99</sup>

Esta dita terceira África constituída com um conluio de cariz colonial e racista entre a RAS, a Rodésia do Sul e Portugal, estaria em oposição às Áfricas Árabe (do Norte) e Negra (Central), e teria como factor aglutinador mais importante a criação duma congregação económica, política e militar dominada pelo regime racista da RAS. O resultado final seria, a edificação dum gigante multinacional, uma espécie de Europa

---

<sup>97</sup> *Ibidem*:26

<sup>98</sup> *Ibidem* :28

<sup>99</sup> A ideia de criação desta terceira África foi avançada por Eschel Rhodie e veio a ser secundada com a ideia de criação do Mercado Comum da África Austral, avançada pelo presidente da Câmara do Comércio de Durban em 1968

africana liderada pela RAS e que serviria de passo em direcção ao domínio total do continente.

Sem que fosse oficialmente reconhecido, havia uma congregação política e militar entre a RAS, a Rodésia do Sul e Portugal que pode ser subentendida por detrás das seguintes palavras proferidas por Vorster: "somos bons amigos tanto de Portugal como da Rodésia do Sul, e os amigos de boa fé não necessitam de pactos; os bons amigos sabem o que se tem de fazer, quando a casa do vizinho está em chamas. Asseguro que será feito tudo o que for preciso".<sup>100</sup>

Segundo Urnov,<sup>101</sup> entre 1967 e 1973, Smith e Vorster avistaram-se onze vezes, em encontros sempre de carácter estritamente confidencial; em Outubro de 1972, os ministros de defesa e os chefes dos estados maiores dos dois países reuniram-se em Salisbúria para elaborar uma estratégia comum face às acções dos guerrilheiros moçambicanos. A estes factos deve-se acrescentar que desde 1967 que tropas sul-africanas, sob a capa de contingentes policiais, se encontravam na Rodésia a operar ao lado das tropas de Smith, contra os guerrilheiros da Zanu e Zapu e, alguns anos depois, a efectuar operações conjuntas com o exército colonial português, contra posições das FPLM e da Zanu em território moçambicano.<sup>102</sup>

Ainda em relação aos laços com o regime colonial português, basta referir que a primeira capital europeia com que a RAS ligou o cabo de comunicações pelo fundo do Atlântico foi Lisboa. Vorster aparecia frequentemente a dizer que Portugal era o aliado mais próximo da RAS e um dos poucos países com que ela tinha "um entendimento completo". Assim se referia o comunicado oficial produzido em resultado da visita de Vorster a Lisboa, em Junho de 1970, quando pela primeira vez entre a RAS e Portugal tiveram lugar conversações ao mais alto nível.

Há vários depoimentos de dirigentes sul-africanos, incluindo Vorster, que reconhecem a acção do exército colonial português nestes termos: "Estes homens

---

<sup>100</sup> Urnov, *op.cit*:34

<sup>101</sup> *Idem*

<sup>102</sup> Sebastião Mabote, na entrevista citada, confirma o envolvimento rodesiano em operações contra as FPLM, muito antes da independência de Moçambique.

conduzem a nossa batalha e, se a perderem, teremos uma situação desagradável em dois sectores importantíssimos das nossas fronteiras. De momento, eles actuam como o mais eficiente tampão para nós".<sup>103</sup> Era em resposta a esta preciosa colaboração que as forças militares unificadas da Rodésia e da RAS, por várias vezes atacavam guerrilheiros da FRELIMO em Tete.

É bastante complexo entender como foi possível ao regime de Pretória, manter uma postura tão arrogante para com a comunidade internacional, organizações supranacionais e povos, persistindo com a sua política retrógrada, considerada por quase por todos como um crime para a humanidade, talvez o maior crime depois do nazismo.

Podemos tentar avançar apenas algumas hipóteses explicativas. Dissémos já acima, que este regime era considerado pelo Ocidente, ao lado das colónias portuguesas e do regime de Smith, o seu representante na África Austral. Por força desta razão, sempre se procurou atacar o *apartheid* por um lado, e por outro protegê-lo; nesta ambiguidade, a ênfase era colocada do lado da protecção.

Por outro lado, no seio da OUA, donde devia partir a maior força condenatória ao regime, sempre se foi verificando uma controvérsia em torno dos problemas da estratégia e da tática da África independente, para com a região austral dominada. Para ilustrar essa situação, podemos trazer o Manifesto da África Austral, que ficou conhecido por Manifesto de Lusaka, adoptado pela V conferência dos países da África Central e Oriental, realizada em Lusaka em Abril de 1969.<sup>104</sup>

Neste documento, embora se definisse que a libertação da parte austral do continente era um objectivo invariável, e nesta questão os países da região não podiam fazer cedências, afirmava-se que, quanto aos métodos a empregar para atingir esse objectivo, a África independente sempre preferiria a solução pacífica. Mostrava-se assim o desejo de conseguir a libertação da África Austral com menores perdas e sofrimentos, e por via pacífica numa altura em que os regimes coloniais e racistas da região eram tão intransigentes e ofensivos. Quer dizer, numa altura em que para os patriotas oprimidos a

---

<sup>103</sup> Urnov, *op. cit*: 40

<sup>104</sup> Urnov, *op. cit*: 88

opção era ou subjugar-se à violência dos opressores ou responder a ela com violência revolucionária, era-lhes imposto o método pacífico como base da sua reivindicação:

## 2.2 -O significado da queda do regime colonial português e a percepção e avaliação das ameaças no período 1974/76: O conceito de defesa nacional

Devemos começar por registar que o golpe de estado de 25 de Abril de 1974 foi um evento de suma importância para o curso dos acontecimentos políticos em Portugal, nas suas colónias e na região austral de África. Ao que tudo indica, este golpe ocorreu fora da expectativa do regime de Caetano e dos seus parceiros, nomeadamente os EUA e o Ocidente, a RAS e a Rodésia do Sul. Os movimentos de libertação, dentre eles a FRELIMO, e os seus parceiros chineses e soviéticos, também foram surpreendidos pelo golpe de 25 de Abril. Para efeitos do nosso trabalho, é de referir que este golpe representou o fim da política do regime do *apartheid* designada de “novo rumo”. Com ele ficou por realizar a tarefa mais importante da estratégia do “novo rumo”, que era manter Moçambique e Angola sob dominação colonial directa. O 25 de Abril, ocorre quando a aliança racista não conseguira impedir o desenvolvimento da luta armada de libertação nacional nas possessões portuguesas, e com a queda do regime fascista em Portugal a RAS perdeu um precioso aliado.

### *Do lado de Portugal*

Em 16 de Setembro de 1969, na sequência de uma queda, Salazar é vítima de uma hemorragia cerebral que o torna definitivamente incapaz. Muitos rejubilam-se, alguns choram quando a 27 de Setembro, pondo termo a quarenta e dois anos de uma governação ditatorial, Salazar é finalmente substituído por Marcello Caetano.<sup>105</sup>

Marcello Caetano, quando em Setembro de 1969 substituiu Salazar na governação, herdou uma crise evidente. Por um conjunto de situações do momento, incluindo a crise petrolífera, a economia portuguesa sofria um bloqueio estrutural. Um dos sintomas mais evidentes dessa crise foi a alta dos preços. Estar simultaneamente na Europa e nas

---

<sup>105</sup> Carvalho, O.S., (1977), *Alvorada em Abril*, Lisboa:57

colónias começou a dar sinais de ser insuportável, o que impunha uma opção.<sup>106</sup> A guerra colonial que ao eclodir em Fevereiro de 1961 parecia trazer algum lucro económico para certos corpos sociais do Exército Português<sup>107</sup>, tomara-se insuportável. Os generais exigiam crescentes somas para alimentar a guerra nas três frentes africanas, que Caetano não tinha onde ir buscar. O regime entrou em desagregação o que se reflectia pelo aumento das distâncias sociais e o surgimento de vozes crescentes da opinião pública a reclamar uma solução urgente para a guerra colonial.

Emerge uma cisão no seio das forças armadas, primeiro no topo da hierarquia com os generais Costa Gomes e Spínola, principais responsáveis militares, a manifestarem-se a favor de uma solução política para a guerra colonial. Em segundo lugar, e naquilo que seria decisivo, a divisão vai se manifestar ao nível dos verdadeiros fazedores da guerra, os capitães e os majores. A pretexto de oposição a uma pretensa reforma lesante que havia sido introduzida e que permitia que os oficiais milicianos passassem à frente dos capitães do quadro, esta classe de oficiais que, situando-se ao nível das quadrículas, suportava directamente a guerra, desmotivada, começa a contestar abertamente continuar indefinidamente a sacrificar-se. Começa a conspiração para que o regime dê solução à guerra. Nesta altura, o comando supremo, julgava possuir ainda o controlo das tropas quando já não tinha. Na verdade, o controlo efectivo estava nas mãos dos capitães.

Marcello Caetano, também convencido de que gozava da fidelidade dos militares, opta por uma distensão sem pôr fim à guerra, o que lhe viria a ser fatal. Ao abrandar a censura, é o próprio Caetano que permite que a guerra de repente se tornasse em tema dominante na sociedade.

---

<sup>106</sup> Fernando Rosas, na sua recente palestra em Maputo a 1/XI/96, sobre a política colonial do Estado Novo, mostra claramente as tentativas de Caetano de procurar distender a situação sem pôr fim à guerra. Como o regime não consegue pôr fim à guerra, esta acaba pondo fim ao regime, e de forma bastante inesperada.

<sup>107</sup> Bragança, *op.cit*:50

Por outro lado, Caetano ante a caducidade da filosofia<sup>108</sup> que fundamentava todo o esforço colonial, experimenta aplicar-lhe alguns remendos; negando os alicerces anteriores, surge a defender que Portugal está em África para salvar os interesses de mais de 300 mil portugueses. Ao procurar esvaziar o conteúdo ideológico do colonialismo, desarma toda a legitimidade do discurso colonial. Uma rápida passagem por alguns dos seus derradeiros actos elucida-nos do itinerário da sua queda; a questão da reciclagem dos Comandos Militares pode ser exemplo suficiente.<sup>109</sup>

Sob o signo “renovação na continuidade”, Caetano cedo deixou claro que do seu governo devia-se esperar pouco. Em 1971 procede a pseudo-reformas, concede certa autonomia às colónias, entretanto elevadas à categoria de Estados, inicia conversações com o PAIGC, tentando resolver o problema onde a situação era mais grave, mas o peso específico do que estava em causa era muito menos determinante; especula-se nalguns círculos que tenha animado a ideia de uma solução branca para Angola, e que até as manobras de Jardim possam ter tido algo a ver com a estratégia do momento<sup>110</sup>.

Mais do que tudo, Caetano persistia na sua cegueira e numa das suas conversas em família, em pleno Julho de 1972, afirmava: “...fala-se em que mantemos uma guerra colonial. Guerra colonial?... Os territórios das províncias ultramarinas estão em paz e ninguém neles contesta a sua integração na nação portuguesa”.<sup>111</sup> Cedo se provaria quão eram falsas estas palavras.

Os sinais vinham da própria máquina de guerra; Spínola, defensor acérrimo da ordem e obediência aos chefes, combatente lendário contra a liberdade, democracia e comunismo, no seu discurso de tomada de posse como vice-chefe do Estado Maior General das forças armadas, em 15 de Janeiro de 1974, reconhecia publicamente não

---

<sup>108</sup> Recorde-se que o Estado Novo, defendia que colonizar e evangelizar era missão ontológica do homem português- aliás o Acto Colonial surgiu com a ideia de império orgânico, em que a Metrópole e as colónias são consideradas indissolúveis

<sup>109</sup> Antunes, J.F. (1986), *Jorge Jardim Agente Secreto*, Lisboa:305

<sup>110</sup> Rosas, na referida palestra.

<sup>111</sup> Carvalho, *op.cit*:108



haver mais espaço para manter o exército como guarda pretoriana do Poder. Pior do que tudo, nos começos de 1974 Caetano, ignorando tanto a realidade interna como das colónias, fez uma fuga para a frente e na busca de reafirmação de fidelidade das Forças Armadas, tenta enfrentar os generais desertores e, na sua surdez, demite Costa Gomes e Spínola, insistindo na razão da força em vez da força da razão, o que precipitou os acontecimentos.

O Decreto-Lei 353/73 de 13 de Julho que permitia a ultrapassagem na escala de antiguidades dos oficiais do quadro permanente (QP) pelos milicianos, e o 409/73, que pretendia simular correcção dos aspectos lesivos do primeiro, foram apenas a gota que fez transbordar o copo no seio dos fazedores da guerra colonial - os capitães e seus subordinados.<sup>112</sup> A justificação dada para o decreto, a necessidade para o exército alargar as possibilidades de preenchimento dos quadros em oficiais do QP, e como justiça para aqueles que, como militares do complemento, melhores provas haviam dado no Ultramar no desempenho de funções militares, não parece reflectir a complexidade da medida; na verdade, os oficiais do QP, viam-se sumariamente ultrapassados nos seus direitos de antiguidade, às vezes penosamente adquiridos, por oficiais milicianos, na maioria oriundos das universidades e liceus. Pode dizer-se que se procurou uma solução apressada e simplista para solucionar um problema que afectava uma estrutura rígida e conservadora como era o exército português.

Muitos militares do QP consideravam que a disparidade era grande e a desvalorização maior ainda. A confusão que se gerou foi tal que o próprio Caetano, quando entrevistado em Julho de 1976 pelo jornal *Mundo Português*, do Rio de Janeiro, a uma pergunta sobre quando é que o governo tomara conhecimento do movimento dos capitães, e se não poderia tê-lo desmantelado, ele confirmou que o movimento havia sido organizado em todo o segredo, ou com a cumplicidade de muitos responsáveis da hierarquia militar. Foi tão generalizada a onda de revolta que ninguém aconselhava ser possível proceder disciplinarmente contra tantos oficiais - praticamente em todos os teatros, na metrópole e, mais grave ainda, do quadro permanente.<sup>113</sup>

---

<sup>112</sup> *Ibidem*: 129

<sup>113</sup> Carvalho, *op.cit*: 141-142

Nessa encruzilhada, o que se impunha era terminar a guerra; Caetano, não tendo sabido, querido ou podido acabar com a guerra, esta acabou com o seu regime. Inesperadamente ele é derrubado pelos militares, a 25 de Abril.<sup>114</sup>

Porque a guerra colonial foi a causa maior do derrube do regime de Caetano, todas as manobras que os governantes do pós-golpe tentaram encetar para manter o *status-quo* esbarraram com a resistência dos militares intermédios e com a resposta coordenada e firme dos movimentos de libertação, do povo português e dos povos das colónias; em Julho de 1974, o governo português, acabou sendo coagido a reconhecer o direito dos povos das colónias à autodeterminação e independência.<sup>115</sup>

A queda do fascismo em Portugal implicou a desintegração da aliança entre a RAS, a Rodésia e Portugal, e abriu caminho ao início da descolonização.<sup>116</sup>

#### *Para Moçambique*

A FRELIMO apostada numa guerra prolongada, depois de avisada de um *complot* que aconteceria em meados de Março de 74, e que entretanto fracassa, convencera-se de que a única saída seria de facto estender a luta à novas regiões e prosseguir com o seu esforço de longo termo, até à completa derrocada do exército colonial.<sup>117</sup>

Talvez também por essa razão, quando se dá o golpe a FRELIMO limita-se a emitir um comunicado lacónico e cauteloso, de saudação ao povo português, deixando claro

---

<sup>114</sup> A reunião com os generais para lhes exigir reafirmação de fidelidade teve a ausência de Costa Gomes e Spínola, o que lhes valeu demissão, mas a reacção foi a intentona de 16 de Março que entretanto falhou.

<sup>115</sup> Bragança, *op.cit*:77. Aqui está explicada a tentativa de querer fazer do Golpe de Estado uma ponte para apresentar um "colonialismo democrático".

<sup>116</sup> É questionável pretender apresentar a queda do fascismo como tendo aberto caminho directo para o início da descolonização; referir-nos-emos a isto mais adiante

<sup>117</sup> Mariano Matsinha, na entrevista citada, confirma que depois do fracasso da tentativa de Março de 74, a direcção da Frelimo convencera-se que quaisquer rumores de possível queda do regime português se tratava mais de desinformação com vista a desmotivar os combatentes.

que se congratulava com a queda do fascismo em Portugal, mas mantinha inalteráveis as suas reivindicações fundamentais do direito à autodeterminação e independência.

Embora os dez anos de luta armada de libertação nacional em Moçambique, as lutas dos outros povos irmãos das restantes colónias, tenham contribuído grandemente para a corrosão da estrutura do sistema colonial português, criando condições para a sua derrocada, houve uma sobrevalorização desta contribuição. Os dirigentes da FRELIMO, porque ainda jovens e radicalizados pela vitoriosa guerra,<sup>118</sup> cegos de autoconfiança e de certezas adquiridas na experiência da guerra, excederam-se na forma de interpretar a realidade específica do período da transição e no trato aos cidadãos que, não tendo podido ou querido opor-se abertamente à dominação estrangeira, fácil e literalmente foram tomados como instrumentos de opressão ao serviço do colonialismo e, desta forma potenciais, inimigos da independência. Este posicionamento, influenciou na posição que viria a ser tomada para com os compatriotas que na altura da transição se encontravam ao serviço do exército colonial português.

Esta perspectiva que comportava elementos de confrontação interna, foi infelizmente tomada como base de acção no período de transição, visando ao que parece, prevenir a reedição dos problemas vividos durante a luta de libertação no seio da Frente. Tudo se fez para cerrar as fileiras das FPLM em torno da FRELIMO.

Se é verdade que esta medida visando manter a pureza no aparelho militar, salvaguardou a fidelidade das FPLM à FRELIMO, não deixou de privar essas mesmas forças, de um convívio com os moçambicanos que haviam tido a oportunidade de beber a experiência de vida no seio de um exército regular, com uma secular prática de organização institucional.

Embora os dados indiquem a existência de poucos moçambicanos com posto de relevo no exército colonial, seria interessante se procura medir a dimensão que teria tido uma eventual contribuição dos moçambicanos que, embora subalternos, serviram no exército colonial.

---

<sup>118</sup> Cabaço, José L., (1995), "A longa estrada da democracia moçambicana", Maputo:82-85.

Os sargentos, os oficiais subalternos moçambicanos ao serviço do exército colonial, teriam dado eventualmente uma contribuição valiosa para a correcção de algumas práticas que os combatentes traziam da sua experiência de guerrilha, pouco condizentes com um ambiente de convívio num exército regular.<sup>119</sup>

Os dirigentes das FPLM, defendem com insistência não ter havido condições nem ambiente propício para a reintegração dos referidos moçambicanos; todavia, se se tiver em conta a capacidade mobilizadora de que a FRELIMO estava dotada naquele período, não teria sido de todo impossível levar avante um programa de reinserção de ex-militares do exército colonial nas fileiras das FPLM.

Por outro lado, há a referir a onda de manifestação de simpatia para com a FRELIMO, que se corporiza por atitudes de sublevação protagonizados por unidades em formação e outras já adstritas às quadriculas, rejeitando o envolvimento em hostilidades com as FPLM, e solidarizando-se com a sua causa. Para sustentar esta opinião basta recorrer a episódios da postura de grupos de subunidades do exército colonial, que ainda em pleno decurso da guerra, correndo todos os riscos subjacentes, resistiram contra as ordens de combate e tudo fizeram para, através da sua passividade, demonstrar a sua solidariedade para com a causa da Frente<sup>120</sup>. A isto se pode associar as manifestações de inteiros contingentes, que de Boane se rebelaram contra o seu envio às frentes de batalha logo após o golpe de 25 de Abril.

---

<sup>119</sup> No caso de Angola por exemplo, embora isto não seja linear, devido às circunstâncias da sua transição, o MPLA teve que chamar para as suas fileiras os patriotas que haviam estado ao serviço do exército colonial, e foi esse corpo de, alferes milicianos que, com o convívio com os combatentes das FAPLA, se tornaram, com a experiência dos anos, nos principais dirigentes das forças angolanas de hoje. Tinham a requerida formação básica em termos de habilitações e instrução militar, e foi apenas necessário integrá-los nas perspectivas do MPLA.

<sup>120</sup> Mabote, na entrevista citada, confirma que um pouco por todas as frentes, ao longo dos tempos se foi tomando conhecimento, de algumas atitudes de colaboração ainda que dissimulada, com as forças da Frelimo.

A conjunção de factores em que se verifica a descolonização do país, nomeadamente o facto de a independência surgir em resultado de uma vitória político-militar sobre um país europeu, que representava para os africanos a arrogância, o poder, a riqueza e superioridade científico-tecnológica a última potência colonial que insistia em permanecer sem descolonizar; o facto de a derrota portuguesa ocorrer em simultâneo com a derrocada americana no sul de Ásia facto que alterou substancialmente o tradicional equilíbrio de forças mundial, tudo isto denotava terem chegado os dias da sepultura do "moribundo capitalismo".

A estas circunstâncias, se juntava o facto que a África do Sul era humilhada em território angolano, alguns meses depois da independência moçambicana, e os cubanos no primeiro semestre de 1976, passeavam-se vitoriosos nas imediações da Namíbia ocupada pela RAS.

Crescia em todo o mundo, na altura, uma onda de solidariedade para com os países em desenvolvimento. Mesmo no Ocidente tudo se fazia para não deixar os lemes dos novos países nas mãos do Leste. A FRELIMO assumindo-se o agente importante da transformação em curso, pelo menos ao nível da região, acredita-se com forças e apoios bastantes para prosseguir com as tarefas da nova fase da sua revolução, apenas e na base do núcleo de combatentes da luta armada de libertação.

Esta rejeição dos elementos que haviam tido uma experiência militar e para-militar no período colonial, tem uma outra face, a de ter posto à disposição das forças hostis à acção da FRELIMO um significativo grupo de nacionais com capacidade e conhecimentos de obstrução, combate e antissubversão. O exército rodesiano muito cedo iria servir-se de parte desses elementos, para levar a cabo a sua acção contra o governo da FRELIMO.<sup>121</sup>

Do ponto de vista técnico, esta opção de não inclusão de nacionais nas fileiras do exército colonial, apesar de ter contribuído para fazer das FPLM referência de um exército que não foi a transformação de exército colonial em exército nacional, como aconteceu com a maioria dos Estados surgidos da descolonização pacífica, também

---

<sup>121</sup> Flower, *op. cit.*: 300-302

criou uma situação de total ausência de quadros experientes na classe de sargentos, bastante essencial para a educação e treino das praças.<sup>122</sup>

A complexidade desta questão exige uma abordagem a partir da análise da própria confrontação, entre a FRELIMO e o governo português saído do golpe de 25 de Abril. Sabe-se que a FRELIMO e os demais movimentos de libertação, desenvolveram uma longa luta pelo seu reconhecimento, tanto no seu da OUA, como a nível internacional.

Aquando das primeiras negociações de Lusaka, em Junho de 1974, o debate com as autoridades portuguesas, centrava-se em torno de três questões bastante complexas, nomeadamente o reconhecimento do direito à independência imediata, o reconhecimento da FRELIMO como único e legítimo representante dos moçambicanos, e, a aceitação de transmissão dos poderes à FRELIMO, na qualidade de representante do povo moçambicano.<sup>123</sup>

A não resolução dos obstáculos em torno da descolonização provocou, em parte, a queda do primeiro governo português formado após o derrube do fascismo. Esta discussão ir-se-ia prolongar ao período da assinatura do acordo de Lusaka, traduzindo-se na natureza do consenso encontrado à volta das questões militares. Tomando o acordo de Lusaka como a consagração da representatividade da FRELIMO, e assumindo que Portugal não descolonizara Moçambique, mas apenas transmitira os poderes que detinha, desenha-se uma percepção de ameaças alimentada pela coincidência da assinatura do acordo com a tentativa de golpe de força de 7 de Setembro, que teve o apoio do regime de Smith (embora sem o apoio claro de Vorster).

Neste cenário, o 7 de Setembro, passa a ser considerado como um marco que concomitantemente consagra a vitória da FRELIMO e o ponto de partida do plano

---

<sup>122</sup> Samora Machel, quando se apercebeu desta vulnerabilidade, tudo tentou para coagir os tanzanianos a preencherem este grande vazio, treinando sargentos para as tropas.

<sup>123</sup> Vieira, Sérgio, (1990), "Vectores da política externa da Frente de Libertação de Moçambique (1962-1975)", Maputo:42

colonialista e racista de submissão de Moçambique. O 7 de Setembro representa ainda a continuação da guerra de libertação, agora contra a hegemonia do *apartheid*.<sup>124</sup>

Estes aspectos são importantes para entender o que era para a FRELIMO, a compreensão da situação, a percepção e avaliação de ameaças que norteou a edificação das FAM/FPLM.

A FRELIMO, em 1974/1975, assumia que “quase ninguém” na região a queria ver no poder. Em virtude da sua postura face às lutas de libertação de outros povos ainda oprimidos, a FRELIMO assumia-se baluarte do movimento emancipador na região. Isto concorreu para uma atitude de auto-defesa permanente, acompanhada pelo pensamento militar de Mao Tse-Tung, de defesa activa. Para a FRELIMO, tudo indicava que se preparava um *complot* para derrubar o seu governo.<sup>125</sup>

Os inimigos que consubstanciavam as ameaças eram vários e imprevisíveis, desde internos a externos, dos externos que agiam através do interno, num cenário bastante complexo, difícil de destrinçar. Porque tudo ameaçava a FRELIMO, legítimo representante do povo moçambicano, tudo era defesa nacional; desde a fronteira contra o inimigo que poderia protagonizar a agressão externa, até ao nível interno que podia ser manipulado por esse inimigo externo.<sup>126</sup>

Como se pode ver, sendo o inimigo o *apartheid* e o regime de Smith, sabendo-se do papel desempenhado pelos seus exércitos durante a guerra de libertação, fortaleceu-se a desconfiança em relação aos militares moçambicanos que nas fileiras do exército colonial haviam cooperado com as tropas desses países no combate contra as FPLM.

Desenha-se um conceito de defesa que inclui na percepção de ameaças todo este complexo cenário; o inimigo era pois, quase total; incluindo o interno, que era corporizado pelos que se situassem contra a essência da linha da FRELIMO, e os potenciais recrutáveis pelo inimigo provável, a RSA e Rodésia.

---

<sup>124</sup> Vieira, *op. cit.*:44-45

<sup>125</sup> Chipande, entrevista citada

<sup>126</sup> São até hoje célebres as palavras de Samora Machel, segundo as quais se o inimigo entra e nos agride, é porque alguém lhe abriu as portas.

Para a prossecução deste conceito, a FRELIMO preconiza a manutenção do controle das FPLM pela FRELIMO. O presidente Samora afirma categoricamente, no seu discurso de abertura da 7ª sessão do comité central da FRELIMO em Junho de 1975, "que o exército é e continuará a ser popular, que o exército não seria instrumento do governo mas sim que era e continuaria a ser braço armado do partido, que seria dirigido pelo partido, continuando a ser o povo fardado - o povo em missão de combate."<sup>127</sup>

Nestas palavras se pode encontrar a sentença dos moçambicanos no exército colonial. Eles eram na altura em número bem superior ao dos guerrilheiros das FPLM, aproximadamente na proporção de 3:1.<sup>128</sup>

A IV conferência do departamento de defesa viria a sintetizar que as FPLM, para a fase da construção democrática popular, seriam braço armado do partido no combate nas frentes ideológica, política, económica, cultural e administrativa.<sup>129</sup> Pressupõe-se assim, a formação de um "exército puro", fiel ao partido.

Por alturas da realização dessa conferência, as FPLM eram constituídas pelos guerrilheiros e por jovens voluntários que, com entusiasmo, abandonaram o ensino e ofereceram-se em Nachingwea para integrar a FRELIMO, durante o governo de transição em 1974, e que após a sua preparação garantiram uma segura proclamação da independência nacional e os primeiros passos da construção do recém-nascido Estado moçambicano.<sup>130</sup>

Os acontecimentos que se seguiram a esta conferência iriam determinar uma viragem, tanto na concepção como na composição das Forças Armadas.

---

<sup>127</sup> Machel, S. (1978), "Discurso de abertura da 7ª sessão do CC", In: *Documentos base da Frelimo*, Maputo:191

<sup>128</sup> Seegers, *op. cit.*:64

<sup>129</sup> Discurso do presidente Samora na abertura da IV conferência do DD, 25/7-2/8/1975

<sup>130</sup> Discurso do presidente Chissano nas comemorações do 8 de Março de 1977.



### 2.3 As fontes de equipamento do novo exército - o papel da China, URSS. A busca do modelo organizacional

O acordo de Lusaka era bastante omissivo quanto ao futuro de Moçambique em matéria de defesa nacional. A defesa foi encarregue a uma comissão militar mista, com igual representatividade da FRELIMO e do governo português, responsável pela segurança e supervisão das operações de cessar fogo.

Segundo Chipande, em Lusaka foram propostos para assinatura dois acordos, um secreto que continha "o destino a dar" aos moçambicanos no exército português, e o outro geral, que foi tornado público. No primeiro documento os portugueses advogavam a integração nas FPLM de todos os moçambicanos existentes em diferentes áreas das forças armadas portuguesas, sob a alegação de serem formados e serem moçambicanos. A FRELIMO, sustentando que esses elementos eram parte da máquina de dominação, recusou integrá-los, optando por desmobilizá-los e reintegrar na vida civil. Não foi aceite a sua transição para as FPLM um pouco porque a FRELIMO considerava que as forças armadas eram o seu depositário de quadros e considerava bastante arriscado para as condições de 1974 permitir uma miscigenação directa com os elementos que se encontravam nas fileiras do ex-inimigo.<sup>131</sup>

Por outro lado, associada ao problema da criação de forças armadas pôs-se com grande acuidade a questão dos equipamentos. A resolução deste complexo problema passava por definir o conceito estratégico de defesa nacional, entendido como um conjunto de princípios gerais doutrinários que se formulam com o propósito de defender a integridade territorial, a independência nacional e a soberania, a segurança das pessoas e bens e a liberdade de acção do país.

Aparentemente, Moçambique não terá prestado atenção a estes aspectos doutrinários, agindo como que com um certo voluntarismo motivado pela euforia da independência, porque formalmente não foi apresentado um documento contendo essas matérias. Todavia, a ausência de um documento formal específico que explicita medidas relacionadas com a defesa nacional não pode ser tomada como ausência de acções

---

<sup>131</sup> Chipande, entrevista citada

governativas nesta matéria. Um simples olhar para o Artigo 6 da Constituição da República indica-nos quão claros eram os objectivos fundamentais a serem prosseguidos. Para os atingir foi necessário, ao longo do tempo, fazer escolhas, tomar opções e transmiti-las aos diferentes órgãos do Estado .

Houve estratégias adoptadas na altura com vista a salvaguardar a soberania, que foram ou pouco ponderadas ou as possíveis no momento, mesmo que hoje pareçam as menos aconselháveis; mas devemos ter em linha de conta que as estratégias mudam-se porque se alteram os contextos políticos externos e internos, porque a evolução sócio-económica assim o determina e porque, em consequência, também se modificam, na cena nacional e internacional, as relações de poder entre os Estados e a Sociedade e entre os Estados.

Neste contexto, vale a pena retratar, ainda que de forma breve, que o carácter das ameaças na altura da transição para a independência de Moçambique era predominantemente militar, em resultado de se estar no auge da guerra fria.

Em 1974/5, a FRELIMO vivia sob o espectro de guerra; era convicção dos círculos dirigentes que a maior parte dos vizinhos não a queria no poder, havendo por isso necessidade de definir uma estratégia de autodefesa e sobrevivência. Foi neste ambiente bastante tenso e conturbado que a FRELIMO teve de reflectir sobre as fontes de equipamento, para edificar a sua defesa nacional. As perguntas eram difusas: equipamento para quanta gente? para enfrentar que tipo de ameaças? provenientes donde? Na situação de 1974-1975, a urgência da definição de uma perspectiva de defesa nacional deixava pouco espaço para uma reflexão prospectiva sobre a mesma questão.

É pertinente recordar que, embora no começo da década 50 as análises do Pentágono divergissem em considerar se a URSS dispunha ou não de capacidade potencial suficiente para expansão do marxismo pelos países do terceiro mundo, incluindo África,<sup>132</sup> o facto foi que, com base nesse pressuposto, e no quadro das considerações estratégicas, à África atribuíam-se um papel importante no fornecimento à

---

<sup>132</sup> Nilsson e Abrahamsson, entrevista citada. segundo eles hoje começam a aparecer documentos dos arquivos de Moscovo que sustentam a versão de que até a invasão da Coreia do Sul pelo Norte, terá sido instigada pelos EUA.

Europa das necessárias matérias primas para a reabilitação das indústrias europeias devastadas pela II Guerra Mundial. Com a ascensão de Nixon, os EUA procuram aproximar-se da China, visando tirar dividendos das divergências sino-soviéticas para equilibrar a balança a seu favor na bipolaridade. Assim, na década 70 devemos considerar o papel de três actores principais no cenário internacional em que emergiu a libertação de Moçambique: Os EUA, a URSS e a China. Como se caracterizava essa actuação?

Numa breve retrospectiva, encontramos que, os EUA já na década 70 detinham o controlo da formulação da política ocidental para com a África. As análises demonstram que na altura havia interesses coincidentes entre a China e os EUA, num contexto em que o incremento da presença chinesa em África agradava aos EUA, que viam nisso uma espécie de freio ao avanço soviético, enquanto eles próprios se refaziam do revés do Vietname. Este fenómeno exacerbou as divergências sino-soviéticas, facto que afectou a postura dos dois países em relação às lutas de libertação.

Mais precisamente, em 1969, os EUA haviam redefinido a sua política em relação a África, que se resumia em dois eixos principais: parar a expansão comunista e assegurar o abastecimento ininterrupto de fontes de matérias primas ao Ocidente. Aliás, e na sequência desta definição, o conselho de segurança elaborara o chamado decreto 39, que continha 6 opções de política dos EUA, em relação à África, contendo dois pólos de posicionamento a saber: ou concentrar esforços para acelerar a queda do apartheid, ou lutar por consolidar a sua manutenção.<sup>133</sup>

Kissinger, recomendou fortemente a adopção duma estratégia que assentasse em, apoiar transformações em África que salvaguardassem a presença branca. Na mesma perspectiva recomendada por Kissinger, não se vislumbrava nenhuma mudança radical da situação do domínio branco na África Austral pelo que a URSS não se dispunha a intervir directamente na região senão pela via da utilização de seus agentes, os partidos satélites. Esta era a análise americana da situação da África Austral naquela altura.

---

<sup>133</sup> Abrahamsson; Nilsson, entrevista citada.

Quanto à URSS, Lenine preconizara o desenvolvimento das forças produtivas como condição para se atingir a fase socialista de desenvolvimento, embora se condenasse o colonialismo. Não previa, portanto, a passagem ao desenvolvimento socialista do Terceiro Mundo. Desde Krutchov, porém, começou a admitir-se uma via não-capitalista. Na década 70, com Breznev no poder, a URSS faz uma viragem e procura aproveitar-se da derrota americana no Vietnam para lançar a sua expansão pelos países em desenvolvimento, lançando aquilo que veio a ser conhecido como a teoria dos "países de orientação socialista". Embora esta teoria fosse bastante combatida por certos círculos civis do comité central do partido comunista da URSS, que eram cépticos quanto à possibilidade de os países recém-libertados saírem do campo ocidental, Breznev e seus aliados viam no projecto a possibilidade de satisfazer suas necessidades militares no quadro estratégico da bipolaridade. Insistiam na necessidade de os países visados, de orientação socialista, formarem partidos marxistas leninistas, como sinal forte que tranquilizasse o comité central de Moscovo e na necessidade de apoiar militarmente estes países, pois, passaram a estar inseridos num mesmo projecto comum.

Foi nesta esteira que certos movimentos de libertação, incluindo a FRELIMO, foram levados a transformar-se em partidos de vanguarda marxistas, e que, de seguida Moscovo veio a assinar com eles pactos militares. No caso de Moçambique, um pacto desta natureza foi assinado aquando da visita de Podgorni, então presidente do Presidium do Supremo Soviete Supremo ao nosso país, em 31 de Março de 1977.

Este Acordo geral de cooperação com a URSS foi bastante importante para o equipamento do exército moçambicano, mas também foi usado pela RSA para tentar convencer os americanos da necessidade de se envolverem mais na defesa do regime do *apartheid*, puxando o epicentro da bipolaridade na África Austral para si, reclamando maior assistência.<sup>134</sup>

---

<sup>134</sup> Nilsson, na entrevista citada sustenta que apesar deste esforço sul-africano, parece que os EUA nunca acreditaram muito na eventualidade de a URSS, envolver-se em defesa de Moçambique pela via deste acordo.

Os EUA exerceram um cerrado controlo em volta das implicações deste pacto, reforçando a vigilância e registando a frequência com que vasos soviéticos atracavam em portos moçambicanos.

Quanto à acção chinesa, há aspectos sensíveis que estiveram ligados à convicção da liderança moçambicana de que a África do Sul cedo ou tarde iria invadir Moçambique com forças convencionais, e que ditaram a evolução da cooperação com a China no domínio da defesa.

Tudo indica que a URSS, utilizou este espectro de invasão convencional para afastar Moçambique da órbita chinesa, sabendo que a China não estava em condições de potenciar o país com os meios convencionais necessários para fazer face a tal invasão convencional que seria levada a cabo pelo exército sul-africano. Embora as fontes utilizadas não tenham sido suficientes para confirmar tal hipótese, tudo indica que o grupo de quadros que se encontrava em formação na URSS, e que na sequência das negociações de Lusaka, interrompeu os estudos para vir integrar o governo de transição, terá tido um papel importante na avaliação e escolha de opções para a defesa e segurança.<sup>135</sup>

Segundo Chipande, tudo indicava o derrube do governo da FRELIMO. Devido a essa situação de extrema agitação e ameaça, a questão de como transformar o exército de guerrilha em exército regular para fazer face à situação, onde buscar os meios, passou a dominar as principais atenções da direcção da FRELIMO. Como que a dar corpo às suspeitas, enquanto o exército sul-africano invadia Angola em Novembro de 1975, tropas rodesianas, com cavalaria e helicópteros, faziam incursões sobre Mavonde, Mapai e Chicualacuala. E as FPLM eram, na altura, apenas uma força mista, com companhias de guerrilheiros e alguns pelotões regulares do então batalhão "Nova Vida", formado na Zâmbia, e que constituía a primeira unidade regular de infantaria formada para a defesa do país. A correlação de forças revelava-se pois bastante desfavorável.<sup>136</sup>

<sup>135</sup> Mabote, entrevista citada, refere-se ao grupo de quadros superiores que haviam sido enviados à URSS e que interrompeu para vir integrar as comissões surgidas no quadro do Acordo de Lusaka.

<sup>136</sup> Chipande, na entrevista citada.

Impunha-se encontrar alternativas quanto à obtenção dos meios para resistir. Inspirando-se na experiência da luta de libertação nacional, a FRELIMO preconizava a guerra popular, pelo que decide mobilizar as populações para a construção de abrigos anti-aéreos e organiza a autodefesa nos diferentes locais, desde bairros, aldeias, escolas etc. Pensou-se em formação maciça de homens. Com apoio de instrutores chineses, que já trabalhavam em Nachingweia, tiveram início os primeiros treinos de formação de quadros para o exército regular em Boane, com a designação de curso “25 de Setembro”. Neste curso, participaram quadros veteranos da luta armada de escalão de comando de bases, sectores, destacamentos e províncias.

Este primeiro curso “25 de Setembro”, foi uma primeira tentativa de reciclar os quadros da guerrilha, para a transformação em oficiais do exército regular a criar gradualmente, conforme as resoluções da IV conferência do DD, realizada em Julho de 1975 em Boane. Esta conferência, bastante importante pela reflexão que fez sobre a situação da defesa nacional e perspectivas de acção, também foi uma reunião que acabou resultando naquilo que foi conhecido por depuração de fileiras.<sup>137</sup>

As discussões parece terem sido bastante amplas e persistiu a ideia de constituir as forças armadas tendo como base exclusiva de corpo de oficiais os quadros provenientes da luta armada. Via-se nisso a garantia da manutenção das tradições das FPLM, no seu estilo de vida e comportamento. Também foi mantido um discurso conservador quanto à questões vitais apresentadas, como salários e hierarquização das forças, cuja rejeição em parte esteve na origem da rebelião de 17-19 de Dezembro de 1975.<sup>138</sup>

Todavia, desde cedo este projecto começou a enfrentar inúmeras dificuldades. Os quadros provenientes da luta de libertação não existiam em número suficiente para satisfazer as necessidades globais do apetrechamento do quadro orgânico do exército

---

<sup>137</sup> Nesta conferência, após análise dos problemas que estavam afectando o funcionamento das FPLM, parece ter havido desconsenso, que conduziram à desafectação e expulsão de importantes quadros das FPLM.

<sup>138</sup> Embora, esta investigação não tenha encontrado confirmação, mantem-se a tese de que o levantamento de Dezembro de 75 foi consequência directa das posições assumidas na IV conferência do DD.

regular, além de que muitos deles não reuniam condições para frequentar com êxito o curso de oficiais. Enquanto durante a guerra os critérios para ascensão a oficial e progressão eram definidos por factores bastante específicos, tais como a dedicação à causa da luta, a coragem, bravura e antiguidade entre outros, a ascensão a oficial do exército regular começou a revelar, ainda no primeiro curso "25 de Setembro", outras exigências. Era necessário, por exemplo, possuir um certo grau de escolaridade, para poder assimilar as matérias ministradas.

Para analisar este aspecto na sua amplitude, é necessário referir que a Frente teve que colocar, os seus quadros mais instruídos em diferentes áreas de direcção, tanto na governação como em empresas estratégicas. Desta forma, cedo a quantidade e qualidade de quadros começou a revelar-se insuficiente, nos diferentes sectores da defesa nacional.

A pressão das incursões rodesianas, a desconfiança de uma eminente agressão sul-africana com forças regulares modernas, acelerou a negação do paradigma forças armadas com base somente nos quadros provenientes da luta armada de libertação. Uma primeira acção para tentar colmatar estas lacunas consistiu na utilização dos jovens militantes e simpatizantes da FRELIMO, pontualmente incorporados nas FPLM. No período 1974-75 a FRELIMO emanou até uma directiva específica para que as FPLM efectuassem um recrutamento de voluntários para as suas fileiras, priorizando jovens com um certo grau de instrução, e que fossem naturais das províncias que tinham menor representatividade no seio do exército.<sup>139</sup>

Com vista a responder às pressões da situação geral, a FRELIMO encetou contactos com países amigos como a Tanzania, a Zâmbia, o Congo, a Nigéria, por recomendação da OUA, para obter conselhos e sugestões para uma rápida edificação de um exército regular para defender o país. Todos ofereciam conselhos úteis, planos bastante elaborados mas com uma forte advertência de que ninguém, nenhum país da

---

<sup>139</sup> Mabote, na entrevista citada, reconhece este facto e confessa que porque a adesão à Frelimo não tinha proporcionado um equilíbrio de representatividade das províncias, houve instruções para um recrutamento selectivo, para tentar assegurar uma presença nas FPLM de cidadãos de todo o país.

África estaria em condições de apoiar Moçambique no caso de uma eventual invasão da RSA.<sup>140</sup>

Na continuação do mesmo esforço, foi tomada a decisão de solicitar à China Popular e que se responsabilizasse pelo projecto de edificação do exército regular. Porque a FRELIMO apresentava à partida uma solicitação clara, as ameaças eram evidentes e era claro contra que tipo de ameaças de agressão necessitava de ajuda para se potenciar a enfrentar, a discussão foi delicada.

A China, aliada natural da FRELIMO, que com ela trilhou todo o percurso, que ajudara as FPLM a substituir gradualmente as armas de tipo MAT 49, as Mas 36, as Thompson 0.50,<sup>141</sup> que herdadas do exército francês por via da guerrilha argelina constituíam o seu equipamento em 1964, parecia estar a ser pressionada a assumir uma responsabilidade nova e bastante complexa, a de apetrechar um exército novo com meios de guerra modernos, para contrapor à máquina de guerra do *apartheid*.

Mas a situação era agora outra. Nos anos 65 a China, um pouco a URSS e outros países do Leste, substituíram os acima aludidos armamentos por PPSH e Simonov para mais tarde, já nos finais da década 60, por AK, a RPK, morteiros de 60 e 82 mm, canhão sem recuo de 75 mm, B10, 12,7mm, mais tarde ZGU e finalmente Grad P (B11) e Strella 2M nos anos 70, o que foi de facto um precioso esforço; mas a exigência de 75/76 era outra e bem distinta; tratava-se de ajudar a edificar e equipar umas forças armadas para defesa de um país.<sup>142</sup>

Acusando a responsabilidade da gravidade da situação, a China respondeu ao pedido da FRELIMO com uma recomendação para que esta fosse colocar o pedido à URSS e outros aliados europeus, pois ela não estaria em condições de providenciar o

---

<sup>140</sup> Chipande, na entrevista já referida, faz referência a vários encontros que manteve em Mtwara com responsáveis militares desses países visando a obtenção do apoio na construção do exército regular.

<sup>141</sup> Feliciano Gundana, na entrevista citada, refere-se a estas armas como o único arsenal de que as FPLM dispunham no início da guerra.

<sup>142</sup> Mabote, entrevista citada.



equipamento requerido. Mais, a China teria referido que na altura a FRELIMO não compreenderia a posição, mas que posteriormente iria entender.<sup>143</sup> A China disse claramente que apenas poderia apoiar a edificação de um sistema de defesa popular, sem envolvimento de meios de guerra modernos.

Embora, devido a factores vários que incluem a acção diplomática da própria FRELIMO, a RSA se tenha recusado a empenhar-se ao lado dos aventureiros da intentona de 7 de Setembro de 1974, a suspeita de agressão era tão forte que tal resposta não terá deixado satisfeita a direcção da FRELIMO.

Para melhor compreensão da posição chinesa importa recordar alguns antecedentes. A recusa da FRELIMO em alinhar num ou noutro campo do conflito sino-soviético conduziu sempre a tensões com Moscovo e a uma hostilidade verbal declarada de Pequim, sobretudo aquando da revolução cultural. Esse mal estar, que só não resultou em rupturas devido à abertura para com a Frente por parte do então primeiro ministro chinês Chou En Lai, viria a influenciar a atitude de Pequim para com o pedido que agora surgia sem a presença daquele dirigente chinês.<sup>144</sup> Não obstante, os chineses continuavam a ministrar o curso de formação de quadros em Boane, mas com enfoque exclusivo de direcção e comando de tropas de infantaria ligeira.

Perante a posição chinesa, e porque a 3 de Março de 1976, dando cumprimento às obrigações internacionais e ao dever de solidariedade com a justa causa do povo zimbabweano, Moçambique havia declarado o encerramento das suas fronteiras com a Rodésia do Sul, implementando uma resolução mandatória das Nações Unidas, foi decidido apresentar o pedido formal de assistência na modernização das FPLM à URSS. O país já estava sendo fortemente agredido por tropas regulares de Ian Smith.

Porque havia que encontrar alternativa à resposta chinesa, uma importante delegação moçambicana, chefiada pelo então ministro da defesa Alberto Chipande,

<sup>143</sup> Chipande, entrevista citada.

<sup>144</sup> Vieira, entrevista citada.

integrando Jacinto Veloso, Sérgio Vieira e outros dirigentes, deslocou-se a Moscovo em Maio de 1976.<sup>145</sup>

A URSS, vinha já assistindo as FPLM com treino de quadros especialistas de diferentes armas e especialidades. Foi ela, por exemplo, que treinou pessoal para o emprego de Grad P, Strella 2M, ZU-23, entre outras armas, que tiveram grande impacto na mudança qualitativa das acções combativas das FPLM.

O envolvimento da URSS, foi sempre oscilante, talvez em parte porque a FRELIMO sempre se mostrara neutra no diferendo sino-soviético e manteve como seus principais instrutores, em Nachingweia, militares do exército chinês.

Neste ambiente, a delegação moçambicana encontrou sérias dificuldades para fazer valer as suas necessidades junto das autoridades militares soviéticas. Não obstante, a delegação logrou ter um encontro com o então ministro da defesa da URSS, o marechal Grechko, que a par de referir os maus exemplos da China e do Egipto, que depois de ajudados haviam traído a confiança daquele país, transformando-se em seus opositores, indicou a necessidade de haver algumas garantias que deveriam ser asseguradas.<sup>146</sup>

Por ironia de destino, o então ministro soviético da defesa viria a falecer no decurso dessa visita e foi essa mesma delegação que representou Moçambique nas exéquias. Viria a ser no decurso das cerimónias fúnebres que a delegação ficou informada da ponderação e aceitação soviética de atender à solicitação do nosso país, uma vez esclarecida qual seria a sorte dos chineses que na altura se encontravam a ministrar cursos em Boane. Foi pedida à parte moçambicana para explicitar as suas

---

<sup>145</sup> Chipande, entrevista citada.

<sup>146</sup> Chipande na mesma entrevista, refere que o dirigente russo, interrogou abertamente os membros da delegação moçambicana, se eram ou não comunistas, e condicionou o envolvimento soviético apenas após garantias de que Moçambique se empenharia na edificação socialista.

necessidades, o que foi feito *ad'hoc* e com certo cepticismo se seriam ou não efectivamente atendidas.<sup>147</sup>

O pedido submetido era lacónico e bastante claro: necessidade imediata de constituir tropas regulares, capazes de fazer face às agressões em todo o território nacional. Foi decidido um programa de emergência no âmbito da formação. Logo após o regresso da delegação, o então chefe do Estado Maior General das FPLM, Sebastião Mabote, importantes quadros de comando central e provincial, foram imediatamente enviados para a URSS, para frequentar cursos acelerados de comando e direcção de tropas regulares que entretanto seriam formadas.<sup>148</sup> Foi também decidido o envio imediato a Moçambique duma missão militar soviética, para estudo da situação no terreno, elaboração de um plano de acções com vista a responder às solicitações apresentadas. Embora a IV conferência do DD tivesse decidido pela transformação gradual do exército guerrilheiro em regular, o que a situação prática estava exigindo era completamente contrário. Porque a situação era crítica, foi elaborado um plano de defesa bastante apressado e ambicioso.

Foi decidido fazer a formação simultânea de quadros na URSS e em Moçambique. Foi dado início à formação de sargentos e pessoal menor especializado em equipamentos do exército, em Nacala, em Julho de 1976, enquanto se procedia à selecção e envio de outros quadros para diferentes escolas de oficiais na URSS.

O terceiro congresso da FRELIMO, realizado de 3 a 7 de Fevereiro de 1977 em Maputo, ao decidir transformar a FRELIMO em partido de vanguarda marxista-leninista e declarar-se parte integral da revolução proletária mundial, anunciou abertamente o seu alinhamento no contexto da bipolaridade. Por outro lado, com esta nova designação estava acolhida a preocupação da direcção soviética, referente à certeza de estar a fazer um investimento seguro, apoiando um aliado da mesma trincheira, pelo menos com orientação socialista.<sup>149</sup>

---

<sup>147</sup> Chipande, na entrevista citada.

<sup>148</sup> Mabote, entrevista citada.

<sup>149</sup> Nilsson, Abrahamsson, entrevista citada.

A direcção da FRELIMO, ao avaliar a situação prevalecente no país, concluiu existir uma conspiração conjunta do *apartheid* e dos saudosistas do colonialismo contra Moçambique. Estava em marcha uma dupla acção contra o Estado recém-criado. A Rodésia desencadeou uma guerra de agressão e, em paralelo, certos círculos que queriam anular a independência nacional financiaram a desestabilização através da promoção do êxodo de quadros e técnicos estrangeiros e nacionais. Procurava-se desta forma paralisar o país, pô-lo de joelhos e forçá-lo a suplicar, em condições humilhantes o regresso do colonialismo, ainda que com nova face.<sup>150</sup> Naturalmente, para uma melhor percepção do quadro surgido, há que acrescer aqui, os excessos cometidos em resultado de radicalismos que caracterizaram a acção governativa do período.

Porque se impunha procurar inverter o curso dos acontecimentos, a FRELIMO tomou uma decisão polémica, mas de grande alcance estratégico; estabelecendo um paralelo histórico das situações que se atravessavam, considerou que, tal como havia existido momento em que a Pátria chamou pelos seus filhos para a libertar do jugo estrangeiro, as gerações do 25 de Junho de 62 e do 25 de Setembro de 64, que serviram de ponte para conduzir a Pátria à independência, a geração do 8 de Março de 77 deveria constituir o esteio da consolidação da independência e estruturação do Estado recém-nascido.<sup>151</sup>

Com efeito, a 8 de Março de 1977 o governo, através do presidente Samora, anunciou numa reunião pública a decisão de interromper as 10 e 11ª classes, e encaminhar os então cerca de seiscentos alunos abrangidos pela medida para sectores prioritários da vida nacional.<sup>152</sup>

No quadro desta medida, grande parte destes jovens foram incorporados nas forças armadas, tendo sido imediatamente enviados para a URSS para cursos de formação de pilotos, marinheiros, operadores de radar, de foguetões, e outras diversas técnicas

---

<sup>150</sup> Discurso do presidente Chissano nas comemorações do 8 de Março de 1997.

<sup>151</sup> Chissano no mesmo discurso.

<sup>152</sup> Discurso do presidente Samora, na reunião pública de 8 de Março de 1977.

indispensáveis a um exército moderno num país agredido pelas forças poderosas do racismo e do *apartheid*.

Para além da necessidade de atender às lacunas deixadas nos vários sectores, em termos de quadros, importava encontrar a todo o custo jovens que tivessem condições para frequentar as instituições militares que a URSS colocara à disponibilidade de Moçambique para a formação urgente de técnicos militares de várias especialidades. Embora isso contradissesse a postura decidida na IV conferência do DD, de transformação gradual dos guerrilheiros em exército regular, estas acções de formação trouxeram uma nova dinâmica ao processo de criação das FAM/FPLM. Ainda no quadro desta medida, foi encontrado um grupo de cerca de 30 jovens que igualmente foi enviado para a formação na China, que entretanto havia retirado todos os seus instrutores militares de Moçambique.<sup>153</sup>

De extrema importância para a edificação das FAM/FPLM foi a vinda a Moçambique do então presidente do Presidium do Supremo Soviete da URSS, Nikolai Podgorni, em finais de Março de 1977, aquando do seu périplo por alguns países africanos. Durante esta visita foi assinado, a 31 de Março de 1977, um Tratado geral de amizade e cooperação entre os dois países, válido por 20 anos; este Tratado, para além de representar um importante dissuasor, pois funcionou como uma espécie de símbolo de aliança, também criou o quadro para o fornecimento do equipamento necessário para apetrechar as forças armadas em criação.

Como corolário deste gigantesco esforço num espaço muito curto de tempo, a partir de Abril de 1977 eram desembarcados nos portos de Nacala, Beira e Maputo, grandes quantidades de equipamento (tanques, carros blindados, sistemas de artilharia, foguetes, radares, fragatas, entre outros), ao mesmo tempo que de Nacala saíam oficiais e sargentos aptos a manejar o equipamento destinado ao exército, e dava-se início ao

---

<sup>153</sup> Não se mostra fácil explicar se o envio deste grupo à China visaria tranquilizar os ânimos dos dirigentes daquele país. Contudo, parece ter servido para manter a tradicional postura da Frelimo de estar bem com estes dois países "divergentes".

desdobramento das brigadas de infantaria mecanizada em Tete, Chimoio, Mapai e Boane, que permitiram, a seu tempo, uma importante réplica às agressões rodesianas.<sup>154</sup>

Em Pemba, iam sendo formados os especialistas menores para assegurar o apetrechamento das bases navais, enquanto decorriam trabalhos de preparação das bases aéreas de Nacala, Beira e Maputo para recepção da técnica de aviação.

Durante o último trimestre de 1977, regressou ao país, o primeiro grupo de oficiais formados em academias militares da URSS, apto a comandar tropas regulares. Era o grupo chefiado pelo então chefe do estado maior general das FPLM Sebastião Mabote, e que integrava vários comandantes provinciais e quadros desse escalão.

No primeiro semestre de 1978 regressou o grupo que esteve na China, chefiado por Joaquim Munhepe. O regresso dos oficiais integrantes destes grupos, além do apetrechamento do próprio Estado Maior General, veio permitir a criação do embrião para a constituição dos comandos dos três ramos das forças armadas: o Exército, a Força Aérea e a Marinha de Guerra de Moçambique. Mais tarde, nos princípios de 1980, as FAM/FPLM viriam a ser dotadas de um outro comando de ramo, o das Tropas de Guarda Fronteira.

Porque as brigadas e os batalhões independentes recém-criados eram comandados por oficiais saídos dos cursos "25 de Setembro", orientados pelos chineses em Boane, e por oficiais que haviam passado por uma formação rápida em Nacala, procedeu-se à sua substituição pelos recém regressados e que traziam uma formação mais sólida, acrescida da experiência de comando que já possuíam. Esta acção deu uma maior estatura organizativa e eficiência àquelas unidades, o que foi importante para contrapor às investidas do exército rodesiano.

Entretanto a formação de oficiais de diferentes especialidades prosseguia também em Cuba, na Bulgária, Hungria e Alemanha democrática (RDA).

Nos finais de 1978 começou a regressar ao país o grupo de jovens formados na aviação de transporte, e desde princípios de 1979 aviões de tipo AN-26, pilotados por moçambicanos e assistidos por instrutores soviéticos, faziam voos de asseguramento

---

<sup>154</sup> Mabote, entrevista citada.

logístico às unidades das FAM/FPLM. Em Agosto de 1979 regressou ao país o grupo de técnicos e especialistas de assistência aos aviões de combate. Como haviam já chegados os primeiros kits de equipamento de ajuda à navegação e componentes de aviões de instrução e combate, foram imediatamente iniciados os trabalhos de montagem dos equipamentos e dos próprios aparelhos, na base aérea de Nacala. Com a chegada do grupo de tripulantes em Dezembro de 1979, a partir de Janeiro de 1980 na base aérea de Nacala, pela primeira vez no espaço aéreo moçambicano começaram a fazer-se voos de instrução de aviões de combate de tipo MIG. Em Maio de 1980 fez-se a transferência desta aviação de combate, de Nacala para a base aérea da Beira e, no dia 1 de Junho, aviões caça e bombardeiro de tipo MIG-17, começaram a participar em acções combativas no teatro operacional da zona centro.<sup>155</sup>

Em finais de Janeiro de 1980 regressou ao país o grupo de tripulantes de helicópteros, que começou a fazer voos ainda no primeiro semestre do mesmo ano. Surgiu desta forma a aviação militar moçambicana, constituída por aviões de combate, de transporte e helicópteros, na base dos jovens incorporados na sequência da reunião do 8 de Março de 1977. Pela mesma via, foi sendo constituída a marinha de guerra de Moçambique. A constituição destes importantes Ramos das Forças Armadas moçambicanas, desempenhou um papel bastante importante no fortalecimento da capacidade defensiva do país.

Como se pode depreender dos factos aqui expostos, a criação das FAM/FPLM ocorreu num ambiente de grande tensão nacional, sob muita pressão militar resultante das agressões rodesianas, e num quadro de confrontação ideológica também influenciado pelo diferendo sino-soviético.

Não fora a pressão militar rodesiana e o ambiente de forte confrontação ideológica da altura e certamente Moçambique teria tido umas forças armadas de tendência bastante influenciada pelo estilo de organização militar chinesa e muito baseadas em infantaria ligeira. Tal havia sido o desenho feito pela IV Conferência do DD de 25 de Julho a 4 de Agosto de 1975, reafirmado na reunião nacional de quadros das FPLM de 10 a 13 de Dezembro do mesmo ano, que inclusivamente constituíram a base de

---

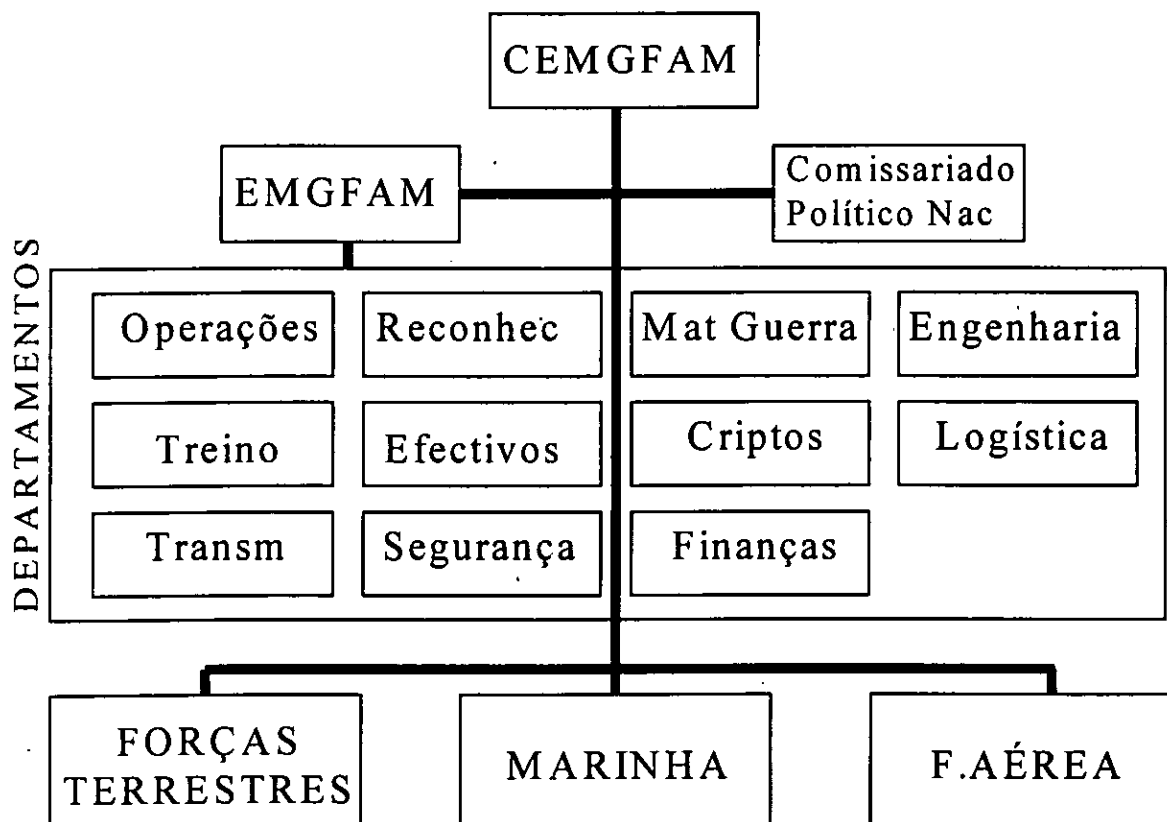
<sup>155</sup> Henrique Banze, entrevista a 12 de Abril de 1997.

elaboração da plataforma militar para as teses aprovadas pelo terceiro congresso da FRELIMO, realizado de 3 a 7 de Fevereiro de 1977.

O exército que viemos a ter foi resultado de toda uma conjuntura de factores endógenos e exógenos que vieram a ser determinantes para a sua edificação.

Para o período 1978-1979, a organização e estrutura das FAM/FPLM apresentava a configuração indicada no quadro seguinte.

**QUADRO 3 - Organização e Estrutura das FAM/FPLM nos anos 1978-1979**



Importa referir que, a direcção política do partido sobre as Forças Armadas, continuou a ser assegurada pelo Comissariado Político. Este órgão era extremamente importante para a coesão disciplina, e para manter a fidelidade das tropas ao poder político. A condição para se ser oficial nestas Forças Armadas, continuou a ser, antes demais, ser-se membro do partido.



## CAPÍTULO IV

### CONCLUSÕES

O estudo sobre o surgimento das forças armadas em África comporta elementos de vária ordem, difíceis de abordar com objectividade sem mergulhar na questão da análise do próprio processo da colonização e descolonização africana. Porque os intervenientes na colonização de África tiveram peculiaridades de condução do processo e diferiram na utilização dos nativos, particularmente na área militar, encontramos também especificidades de criação de exércitos nos diferentes países.

O simples facto de existirem mais exércitos africanos que Estados africanos, demonstra o quão complexo é analisar o surgimento, a organização, o papel e estrutura das forças armadas em África. Com efeito, existem desde grupos de libertação, forças paramilitares, forças dissidentes privadas e forças de guerrilha. Os exércitos convencionais, são também de uma enorme diversidade que inclui, desde pequenos exércitos equiparáveis à polícia até potências regionais como a África do Sul, Nigéria, Líbia, cujas forças são mais numerosas que as de muitos países da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).<sup>156</sup>

Apesar desta diversidade, que também ocorre dentro dos Estados e dentro das forças armadas existem aspectos comuns entre as forças armadas africanas e as do restante mundo que decorrem do seu estatuto de instituição militar organizada de Estados soberanos, que importa reter para uma aproximação à natureza e dinâmicas dos exércitos africanos como forças militares. A aceitação do pressuposto de que todos os Estados que se afirmam soberanos comungam quatro interesses nacionais fundamentais, que são: a sobrevivência, a integridade territorial, a manutenção e fortalecimento do bem-estar económico, e a promoção duma ordem mundial favorável, é ponto de partida para o entendimento do papel e estrutura dos exércitos africanos.<sup>157</sup>

---

<sup>156</sup> Arlinghaus, Bruce E., (1986) "African Armies-An Analytical Approach", London:2

<sup>157</sup> Arlinghaus, *op.cit*:3

Assim, o fenómeno do surgimento de exércitos em África, encontra uma abordagem que facilmente flui em duas grandes diferenças. Um grande grupo de exércitos, a maior parte deles, são um produto directo do antigo colonizador, na base de uma espécie de exércitos de africanos que, criados na base de esquemas de recrutamento próprios, foram sendo utilizados para fins de dominação colonial. Servindo-se desses antigos nacionais servidores do exército colonial, a potência colonizadora, ao preparar a descolonização, desenha o modelo de exército que vai deixar na antiga colónia, prepara os quadros que vão dirigir esse exército e tece uma série de teias que vão manter esse exército guardião dos interesses da antiga metrópole. Opera-se, portanto, uma espécie de transformação desses "exércitos de africanos" em exércitos africanos.

Porque em África o significado de sobrevivência foi grandemente afectado pelo facto de muitos países africanos serem Estados mais não Nações, o que conduziu à impotência dos seus governos, e, muitas vezes, à criação de uma percepção de que sobrevivência do Estado depende da preservação de um regime específico e de determinadas personalidades ou grupos de interesses, a ele associados. Isto provocou uma deturpação de base, que consistiu em fazer com que a lealdade das forças armadas passasse a ser não ao Estado como um todo, mas sim, a segmentos da sociedade que os militares representem, ou a determinado líder ou facção das forças armadas. Isto deturpou a função e carácter das forças armadas que passaram a ser mais protectoras de regimes do que de Estados ou Nações.<sup>158</sup>

Porque as forças armadas têm sido largamente responsáveis por quase todas as mudanças significativas na história do desenvolvimento da sociedade humana, certamente que a compreensão do tipo de forças armadas surgidas em resultado da forma de descolonização acima descrita, é importante para entender as mutações que esses países sofrem após as suas independências. Todavia, a divisão convencional de surgimento de forças armadas aqui adoptada, não deve ser interpretada como rígida e única pois, mesmo entre as forças armadas surgidas em países que sofreram uma descolonização pacífica, também encontraremos distinções que muito têm a ver com as especificidades de cada país. Aliás, o exército sendo uma das

---

<sup>158</sup> Arlinghaus, *op.cit*:4

instituições mais antigas nas civilizações, a sua organização e emprego sempre foram condicionados pelos aspectos peculiares a cada grupo humano em que se achavam inseridos.<sup>159</sup>

O segundo grupo de exércitos que aparece em África, nesta classificação geral, é constituído pelos países que chegam à independência por via de uma luta armada de libertação. Embora esta experiência comece com a guerra na Argélia, conte com a experiência da guerrilha de J.Kenyatta, procuramos incidir a nossa atenção na formação do exército de Moçambique, comparando-o a espaços, com o de Angola. Como resultado da postura do colonialismo português, caracterizada por total recusa do direito à autodeterminação e independência dos povos das suas colónias, é o movimento de libertação nacional que vai servir de génese de edificação das forças armadas desses territórios. Tal foi o caso das FAM/FPLM em Moçambique.

No contexto bipolar que caracterizou a conjuntura da época, a luta armada de libertação nacional acabou sendo uma espécie de ramificação da guerra fria na nossa região. A questão dos apoios iniciais para a organização dos embriões da guerrilha acabou, por sua vez, ditando o alinhamento da FRELIMO, e do MPLA no bloco socialista. Esta radicalização de posições em Moçambique vai conduzir à estruturação de um exército guerrilheiro que cresce em função das circunstâncias e, na altura da descolonização, procura transformar-se em exército regular recorrendo à sua multiforme experiência.

Os acontecimentos de 1974 vão radicalizar ainda mais as posições da FRELIMO e, porque a descolonização acaba sendo feita sob tensão e num ambiente de fortes desconfianças, existe um núcleo de moçambicanos que, tendo experiência e formação militar adquiridas no decurso do cumprimento do serviço militar no exército colonial, fica completamente excluído do novo exército regular. Esta situação vai determinar que, se constitua um exército que não beneficia da experiência dos elementos que tinham sensibilidade sobre a organização e funcionamento do exército regular, o que vai repercutir-se no quotidiano do exército criado, particularmente nos aspectos de administração e logística. Por outro lado, esta marginalização de um significativo grupo de moçambicanos com experiência de vida militar, do processo de edificação do novo exército moçambicano poderá ter significado a criação de uma fonte de mão de obra para a desestabilização futura. É uma interrogação que não é explorada neste trabalho, mas que se

---

<sup>159</sup> Macedo Carvalho, *op.cit*:45

mostra de extrema importância para o estudo dos acontecimentos recentes da história militar de Moçambique.

Os acontecimentos militares de 1974 e a situação geoestratégica da região, impuseram a Moçambique a criação apressada de um exército para participar em acções regulares contra exércitos mais antigos e experientes dos Estados vizinhos hostis.

Em Moçambique, a criação da componente militar da defesa nacional - as Forças Armadas, ocorreu durante a guerra fria, c.1962- 1979. Durante este período o mundo ao qual a África Austral constitui subsistema, havia abandonado o conceito de defesa nacional como defesa militar, para o da defesa de interesses. As Forças Armadas, embora mantendo determinadas técnicas e métodos de organização, são concebidas para actuar sobre os espaços de interesses. Por isso não constituem uma força contra o executivo, sendo seu complemento.

Finalmente, as forças armadas em Moçambique tiveram a particularidade de nascer para cumprir as funções de conquista da soberania, organização e funcionamento do Estado. Na altura do seu surgimento, as ameaças eram o regime do apartheid, o regime rebelde de Smith, e todo um conjunto de interesses regionais. A bipolaridade constituía o elemento chave que, em última instância, ditou toda a postura das autoridades moçambicanas para com a defesa nacional.

Por toda esta conjuntura, as Forças Armadas de Moçambique vão ser caracterizadas por uma forte ideologização, surgindo como braço armado do partido e garante da execução do projecto do movimento de libertação. Por isso é que consideramos ser importante redescobrir as raízes do seu surgimento, para melhor entender os caminhos por elas trilhado. Elas devem ser avaliadas não somente como actores políticos, mas também como instituição militar concebida para defender a pátria libertada.

## Fontes utilizadas

### *Entrevistas Realizadas*

- 1- *Alberto Chipande, 17 de Novembro de 1995. (Membro fundador da FRELIMO, Chefe Nacional das Operações, Adjunto-Chefe do Departamento de Defesa, Membro do Comité Político-Militar, Membro da Comissão Militar Mista no Governo de Transição e Ministro da Defesa Nacional (Junho 1975-1994). General de Exército das FAM-FPLM).*
- 2- *Anders Nilsson e Hans Abrahamsson, 12 de Dezembro de 1996. (investigadores suecos da Padrigu, Universidade de Gotemburg, trabalharam vários anos em projectos no âmbito do programa de emergência, possuindo publicações sobre o desenvolvimento sócio-político de Moçambique ).*
- 3- *António Condessa de Carvalho, 19 de Março de 1997. (Embaixador de Angola em Moçambique, Membro fundador do MPLA e destacado comandante da guerrilha e das FAPLA, onde foi Vice-Almirante Comandante da Marinha de Guerra até 1992)*
- 4- *António Hama Thai, 1 de Maio de 1996. (Combatente das FPLM desde 1969, Governador de Tete, Presidente do Conselho Executivo da cidade de Maputo, Comandante Militar de Inhambane, Comandante da Força Aérea e Defesa Anti-Aérea, Chefe do Estado Maior General das FAM-FPLM , Tenente-General (Junho 1987-1994), Vice-Ministro da Defesa Nacional).*
- 5- *Feliciano Gundana, 11 de Dezembro de 1995. (Membro Fundador da FRELIMO, Adjunto-Chefe do Departamento da Defesa no período inicial da sua criação, Chefe da Intendência das FPLM, Governador de Nampula, Ministro na Presidência).*

- 6- *Fernando Raul Guezimane, , 22 de Novembro de 1996. (Veterano da Luta de Libertação Nacional, Membro do Estado-Maior General das FPLM desde 1966, Chefe das Relações Internacionais nas FAM-FPLM, Coronel das FAM-FPLM).*
- 7- *Focas Assikulava, 14 de Dezembro de 1996. (Membro Fundador da FRELIMO, Veterano da Luta de Libertação Nacional, bastante ligado à Chefia do DD, Chefe do Pessoal nas FAM-FPLM, Coronel das FAM-FPLM).*
- 8- *Henrique Banze, 12 de Abril de 1997. (Oficial das FAM-FPLM do grupo de jovens do 8 de Março, foi Adjunto-Chefe do primeiro grupo de tripulantes formados em aviação de combate, Vice-Comandante da Base Aérea da Beira, Comandante da Base Aérea de Nacala e último Comandante da Força Aérea e Defesa Anti-Aérea nas FAM-FPLM. Coronel das FAM-FPLM).*
- 9- *Mariano Matsinha, 16 de Novembro de 1995. (Membro Fundador da Frelimo, Chefe do Departamento de Organização do Interior (DOI), Membro do Comité Político-Militar, Representante da FRELIMO na Zâmbia, Ministro do Trabalho, Ministro do Interior, Ministro da Segurança, Ministro-Residente na Província de Sofala, Governador do Niassa. Major-General das FAM-FPLM).*
- 10- *Sebastião Marcos Mabote, 19 de Novembro de 1995. (Veterano das FPLM, Chefe Nacional das Operações, Membro do Comité Político-Militar, Membro da Comissão Militar Mista no Governo de Transição, Vice-Ministro da Defesa Nacional e Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas (1975-1987). Coronel-General das FAM-FPLM).*
- 11- *Sérgio Vieira, 11, 12 de Março de 1997. (Membro Fundador da FRELIMO, Secretário do Presidente da FRELIMO (1970-1974), Director do Gabinete do Presidente da República, Governador do Banco de Moçambique, Ministro da Agricultura, Vice-Ministro da Defesa Nacional, Ministro da Segurança, Governador do Niassa. Coronel das FAM-FPLM).*

## Publicações

- 1- *Abrahamsson, Hans; Nilsson, Anders*, Moçambique em transição: um estudo da história de desenvolvimento durante o período 1974-1992, Maputo: Padrigu e CEEI-ISRI, 1994. 365 p.
- 2- *Antunes, José Freire*, A Guerra de África (1961-1974), Volume 1, Lisboa: Temas e Debates, 1996. 555 p.
- 3- *Antunes, José Freire*, Jorge Jardim Agente Secreto, Lisboa Bertrand Editora, 1996. 654 p.
- 4- *Antunes, José Freire*, Nixon e Caetano promessas e abandono, Lisboa: Difusão Cultural, 1992. 428 p.
- 5- *Arlinghaus, Bruce E.*, "African Armies-An Analytical Approach", in: *Arlinghaus, Bruce E.; Baker, Pauline H.*, African armies: evolution and capabilities, London: Westview, 1986. p.1-10.
- 6- *Beckett, F.W.; Pimlott, John.*, Armed forces and modern counter-insurgency, London, Sydney: Croom Helm, 1985. 232 p.
- 7- *Borges Coelho, João Paulo*, O Início da Luta Armada em Tete, 1968-1969: A Primeira Fase da Guerra e a Reacção Colonial, Estudos 7, Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, 1989. 161 p.
- 8- *Bragança, Aquino; Wallerstein, Immanuel*, Quem é o Inimigo(1)?, Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1978. 314 p.
- 9- *Brito, Luís de; Borges Coelho, João Paulo; Negrão, José Guilherme*, História da Luta Armada de Libertação Nacional (draft), (s/d), não publicado.

- 10- Cabaço, José Luís, "As Eleições Moçambicanas: Uma Trajectória da Paz e da Democracia", in: Mazula, Brazão, Eleições, Democracia e Desenvolvimento, Maputo: Inter: África Group, 1995. p25-77.
- 11- Carrilho, Maria, Forças Armadas e Mudança Política em Portugal no Século XX: Para uma explicação sociológica do papel dos militares, Lisboa: Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 1985. 525 p.
- 12- Carvalho, Otello Saraiva, Alvorada em Abril, Amadora: Livraria Bertrand, 1977. 650 p.
- 13- Centro de Estudos Africanos, Zimbabwe: A questão rodesiana, Maputo: INLD, 1979. 125 p.
- 14- Constituição da República Popular de Moçambique (s.d.), Maputo: INLD, 1982. 45 p.
- 15- Cruz e Silva, Tereza, "A IV Região da FRELIMO no Sul de Moçambique: Lourenço Marques, 1964-65", In: Estudos Moçambicanos N° 8, Maputo, 1990. p.125-142.
- 16- Edmonds, Martin, Armed Services and Society, (s.l.), Leicester University press, 1988. 219 p.
- 17- Estado-Maior do Exército, Comissão para o Estudo das Campanhas de África (1961-1974), Resenha histórico-militar das campanhas de Africa (1961-1974), IVº Volume Dispositivo das nossas forças em Moçambique, Lisboa, 1989. 325 p.
- 18- Ferrán, Iniesta; Cabrera, Miguel Angel (et. al.), El Militarismo, Iepala: Fundamentos, 1986. 116 p.
- 19- Flower, Ken, Serving Secretly: An Intelligence Chief on Record Rhodesia into Zimbabwe 1964 to 1981, London: John Murray, 1987. 330 p.



- 20- Guerra, João Paulo, Descolonização Portuguesa: O regresso das caravelas, Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1996. 206 p.
- 21- Hanlon, Joseph, Mozambique: The revolution under fire, London: Zed Books, 1986. 292 p.
- 22- Henriksen, Thomas H., Revolution and counter-revolution, Mozambique's War of Independence, 1964-1974, Westport, London: Greenwood Press, 1983 . 261 p.
- 23- Hoile, David (edr), Mozambique 1962-1993: a political chronology, london: Mozambique Institute, 1994. 234 p.
- 24- Johnson, Phyllis; Martin, David, Destructive engagement: Southern Africa at war, Harare: ZPH, 1986. 368 p.
- 25- Macedo Carvalho, Luiz Paulo, " O Papel das Forças Armadas no século XXI", In: Military Review, 3rd Quarter Vol LXXV, Nº 3, 1995: P.35-47.
- 26- Minter, William, Apartheid's contras: an inquiry into the roots of war in Angola and Mozambique, Johannesburg, London, New Jersey: Witwatersrand university press, Zed books, 1994. 308 p.
- 27- Mondlane, Eduardo, Lutar por Moçambique, Lisboa: Sá da Costa, 1977. 251 p.
- 28- Seegers, Annette, "From Liberation to Modernization: Transforming Revolutionary Paramilitary Forces into Standing Professional Armies", in: Arlinghaus, Bruce E.; Baker, Pauline, African Armies: Evolution and Capabilities, London: Westview, 1986. p. 52-83.
- 29- Serra, Carlos, Para a História da arte Militar Moçambicana (1505-1920), Maputo: Cadernos Tempo. 1983.165 p.



- 30- Sparks, Allister, *The Mind of South Africa: The Story of the Rise and Fall of apartheid.* London: Mandarin Paperbacks, 1991. 428 p.
- 31- Thompson, Carol B., *Challenge to imperialism: the Frontline States in the liberation of Zimbabwe.* Harare: Zimbabwe publishing house, 1985. 322 p.
- 32- Urnov, A., *África do Sul contra a África- 1966-1986.* Moscovo: Edições Progresso, 1982. 315 p.
- 33- Vieira, Sérgio, " *África Austral: Conflitos, Percepção e Perspectivas na Arena Internacional*", in: *Estudos Moçambicanos*, Nº 8, 1990. p. 63-96.
- 34- Vieira, Sérgio, " *Vectores da política externa da Frente de Libertação de Moçambique 1962-1975*", *Estudos Moçambicanos*, Nº7, 1990. p. 29-56..
- 35- Welch, Claude E. Jr, " *From Armies of Africans to African Armies: The Evolution of Military Forces in Africa*", in: Arlinghaus, Bruce E.; Baker, Pauline, *African Armies: Evolution and Capabilities*, London: Westview, 1986. p. 13-31.